



MUNICÍPIO DA
FIGUEIRA DA FOZ

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

2022





Índice

Índice	2
Lista de Tabelas	4
I - Relatório de Gestão.....	6
Consolidado	6
I.A. - Enquadramento	7
I.B. - Grupo Municipal	15
I.B.1. - Município da Figueira da Foz	15
I.B.2. - Figueira Domus, E.M. S.A.....	18
I.B.3. - Muncípiã, E.M., S.A.....	23
I.C. - Análise Económico-Financeira da Atividade Consolidada	25
I.C.1. - Análise ao Balanço Consolidado.....	25
I.C.2. - Análise da Demonstração de Resultados Consolidada	32
II. - Demonstrações Orçamentais Consolidadas.....	37
III. - Demonstrações Financeiras Consolidadas	40
IV. - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	47
Nota 1 - Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação e outras Entidades Participadas.....	48
Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	50
Nota 3 – Ativos intangíveis.....	52
Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente	54
Nota 5: Ativos Tangíveis.....	57
Nota 6: Locações	60
Nota 7: Custo dos empréstimos obtidos.....	61
Nota 8: Propriedades de Investimento	62
Nota 9: Imparidade de Ativos.....	63
Nota 10: Inventários.....	65
Nota 11: Agricultura	66
Nota 12: Contratos de Construção	66
Nota 13: Rendimentos de Transações com Contraprestação.....	66
Nota 14: Rendimentos de Transações sem Contraprestação	67
Nota 15: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	68
Nota 16: Efeito de alterações em Taxas de Câmbio	70



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Nota 17: Acontecimentos após a data do relato	70
Nota 18: Instrumentos Financeiros	70
V. - Informações Relativas aos Procedimentos de Consolidação.....	74
Consolidação Orçamental – NCP 26	75
Consolidação financeira – NCP 22	76



Lista de Tabelas

Tabela 1: Definição do perímetro de consolidação.....	10
Tabela 2: Perímetro de consolidação orçamental (2022)	11
Tabela 3: Perímetro de consolidação financeira (2022).....	11
Tabela 4: Número de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação.....	12
Tabela 5: Métodos de consolidação financeira	13
Tabela 6: Evolução do ativo	26
Tabela 7: Evolução do passivo.....	28
Tabela 8: Peso das Contas Individuais nas Contas Consolidadas - Balanço	31
Tabela 9: Indicadores Económico-Financeiros do Balanço Consolidado	31
Tabela 10: Peso das Contas Individuais nas Contas Consolidadas - Demonstração de Resultados	33
Tabela 11: Evolução dos gastos	33
Tabela 12: Evolução dos Rendimentos.....	35
Tabela 13: Demonstração de Desempenho Orçamental	38
Tabela 14: Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	39
Tabela 15: Balanço Consolidado do Grupo Municipal	41
Tabela 16: Demonstração de Resultados por natureza Consolidada do Grupo Municipal.....	42
Tabela 17: Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada do Grupo Municipal	44
Tabela 18: Demonstração de Alterações do Património Líquido do Grupo Municipal.....	45
Tabela 19: Entidades incluídas no perímetro de consolidação	48
Tabela 20: Entidades associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	48
Tabela 21: Entidades associadas contabilizadas pelo método de custo	49
Tabela 22: Caixa e depósitos	49
Tabela 23: Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas	52
Tabela 24: Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período	53
Tabela 25: Ativos intangíveis - Adições	53
Tabela 26: Ativos intangíveis - Diminuições	53
Tabela 27: Acordos de concessão - Concedente	54
Tabela 28: Receita da Concessão de Serviços Públicos	54
Tabela 29: Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas.....	58
Tabela 30: Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período	59



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Tabela 31: Ativos fixos tangíveis – Adições.....	59
Tabela 32: Ativos fixos tangíveis – Diminuições.....	60
Tabela 33: Locações financeiras - locatário.....	60
Tabela 34: Locações operacionais – locatário.....	61
Tabela 35: Empréstimos bancários.....	61
Tabela 36: Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período - Modelo do Custo	62
Tabela 37: Propriedades de Investimento - Adições - Modelo do Custo.....	62
Tabela 38: Propriedades de Investimento - Diminuições - Modelo do Custo.....	63
Tabela 39: Propriedades de Investimento – Caraterização	63
Tabela 40: Imparidades de ativos	64
Tabela 41: Inventários.....	66
Tabela 42: Inventários - movimentos do período.....	66
Tabela 43: Rendimentos de transações com contraprestação	67
Tabela 44: Rendimentos de transações sem contraprestação	68
Tabela 45: Provisões (caso do Município)	69
Tabela 46: Responsabilidades contingentes (caso do Município).....	69
Tabela 47: Provisões (caso da empresa Figueira Domus).....	69
Tabela 48: Ativos financeiros consolidados	70
Tabela 49: Passivos financeiros consolidados	71
Tabela 50: Património Líquido Consolidado	71
Tabela 51: Imposto sobre o Rendimento	72
Tabela 52: Outras Contas a Receber.....	72
Tabela 53: Outras Contas a Pagar.....	73
Tabela 54: Direitos e obrigações recíprocas em 31/12/2022	75
Tabela 55: Direitos e obrigações recíprocas em 31/12/2022	76
Tabela 56: Ajustamentos/eliminações recíprocas a 31/12/2022.....	77



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

I - Relatório de Gestão Consolidado



I.A. - Enquadramento

O Município da Figueira da Foz, Pessoa Coletiva de Direito Público, é a entidade-mãe do Grupo Municipal, constituído por um conjunto de entidades que prosseguem atividades que, no essencial, se enquadram no âmbito das suas atribuições e competências.

Tendo por base a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), nele se prevê no n.º 1 do artigo 75.º a obrigatoriedade de os municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O n.º 4 e o n.º 5 do mesmo artigo, refere que a existência ou presunção de controlo, por parte das entidades referidas no n.º 1 relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

a) Serviços Municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

b) De natureza empresarial, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:

- I. De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
- II. De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

Presume-se, ainda, a existência de controlo quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- o Faculdade de vetar orçamentos;



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

- A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Acrescenta ainda o n.º 6, que devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que de acordo com o n.º 7 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o sector empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Os documentos de prestação de contas consolidados, de acordo com o n.º 7 do referido artigo, constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- a) Balanço Consolidado;
- b) Demonstração consolidada nos resultados por natureza;
- c) Mapas de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;
- d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

O referido artigo, no seu n.º 8, acrescenta que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do sector público administrativo.



Importa referir que a exata definição das entidades relevantes para efeitos de consolidação de contas de acordo com o artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, suscitou algumas dúvidas, pelo que o município da Figueira da Foz solicitou esclarecimentos à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, em 3 de setembro de 2014, cuja resposta foi efetivada com o envio em 25 de maio 2015 de Instruções para o Exercício de 2014.

Por outro lado, Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELPL) aplica-se à constituição ou mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia e pelas áreas metropolitanas.

O Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

No SNC-AP os interesses em outras entidades são regulados pelas seguintes normas:

- NCP 21 – Demonstrações Financeiras Separadas;
- NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- NCP 23 – Investimentos em Associadas e empreendimentos Conjuntos;
- NCP 24 – Acordos Conjuntos.

Adicionalmente podem ainda aplicar-se as seguintes normas:

- NCP 1 – Estrutura e Conteúdos das Demonstrações Financeiras;
- NCP 16 – Efeitos de alterações em Taxas de Câmbio;
- NCP 18 – Instrumentos Financeiros;



- NCP 20 – Divulgação das Partes Relacionadas;
- EC – Estrutura Conceptual.

Perímetro de Consolidação do SNC-AP

O artigo n.º 7 do Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – diploma que aprova o SNC-AP estabelece, em matéria de consolidação de contas, e quanto ao perímetro de consolidação, o seguinte:

- Perímetro de consolidação em matéria orçamental (NCP26);
- Perímetro de natureza financeira (NCP 22).

Tabela 1: Definição do perímetro de consolidação

Perímetro de Consolidação Orçamental da Administração Local	Perímetro de Consolidação Financeira da Administração Local
Conjunto das entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pelo INE, IP, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas	Entidades controladas pela administração local (aplicação da NCP 22)

O SNC- AP não estabelece explicitamente os pressupostos de presunção de controlo, no entanto, para a administração local, os mesmos estão previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 75.º do RFALEI.

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes. Não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada.

Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas consolidadas, o município apresenta mapas orçamentais com perímetro orçamental e mapas financeiros com perímetro de controlo (¹).

(¹) Fonte: FAQ da CNC (resposta à pergunta n.º 18): (Aprovada pelo CNCP em 7 de novembro de 2017).
http://www.cnc.min-financas.pt/faqs_publico.html



Numa primeira fase, é necessária a identificação das entidades a incluir no perímetro de consolidação de contas orçamental e no perímetro de contas financeiro, para posteriormente obter de cada uma delas os respetivos elementos financeiros.

Tabela 2: Perímetro de consolidação orçamental (2022)

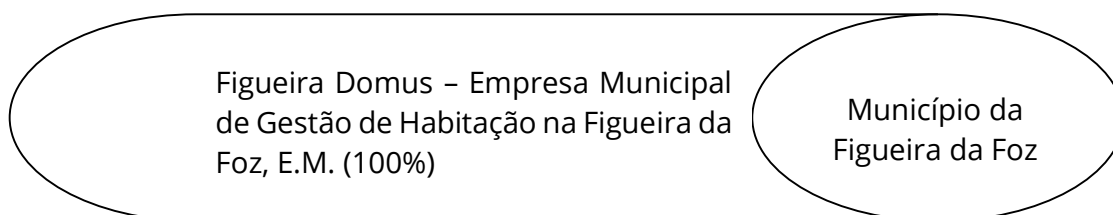
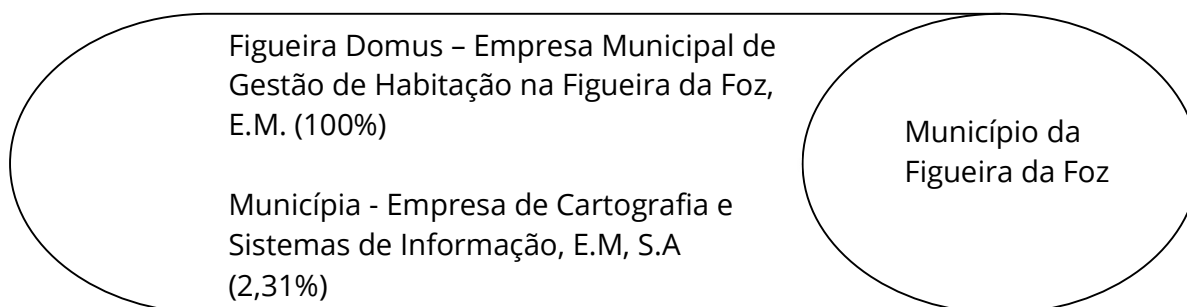


Tabela 3: Perímetro de consolidação financeira (2022)



Número de Trabalhadores

No exercício económico de 2022, o número de trabalhadores ao serviço, das entidades incluídas no perímetro de consolidação municipal foi de 847, conforme detalhe que consta da tabela 4: número de trabalhadores.



Tabela 4: Número de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação

Categoria Profissional	Número de Trabalhadores		Total
	Município da Figueira da Foz	Figueira Domus, E.M.	
Dirigente Superior	0	0	0
Dirigente Intermédio	24	1	25
Carreiras Gerais - Técnico Superior	115	8	123
Carreiras Gerais - Assistente Técnico	186	4	190
Carreiras Gerais - Assistente Operacional	453	2	455
Bombeiros	32	0	32
Informática	8	0	8
Outros	14	0	14
	832	15	847

Método de Consolidação Orçamental – NCP 26

Este método, suportado pelas contas da classe zero, consiste na soma algébrica de rubricas equivalentes, de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos das demonstrações orçamentais individuais das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação e na posterior eliminação, tendo em consideração as entidades dependentes de cada um dos níveis de consolidação, dos saldos resultantes de obrigações e liquidações recíprocas por natureza, assim como dos saldos de pagamentos e recebimentos de operações internas por natureza.

A consolidação orçamental apenas será efetuada com a empresa Figueira Domus, E.M.

**Método de consolidação financeira – NCP 22**

Tabela 5: Métodos de consolidação financeira

Controlo	Tipo de Participação	NCP aplicável	Mensuração		Entidade consolidada
			Contas Individuais	Contas Consolidadas	
Controlo (exclusivo)	Entidades controladas	NCP 22	Método de Consolidação Integral	Método de Consolidação Integral	Figueira Domus, E.M.
Controlo Conjunto	Empreendimento Conjunto	NCP 24	Método de Equivalência Patrimonial	Método de Equivalência Patrimonial	Município S. A.

Método de consolidação integral – método adotado em situações de controlo exclusivo, consiste na integração nas demonstrações financeira da empresa consolidante e das demonstrações financeiras das empresas consolidadas, evidenciando os interesses que não controlam, caso existam.

De acordo com este método, deve somar-se linha a linha, isto é, conta a conta, todos os elementos das demonstrações financeiras das subsidiárias (ativos, passivos, rendimentos e gastos). Seguidamente deve-se eliminar a participação financeira da empresa detentora e os capitais próprios da subsidiária.

Ajustamentos de pré-consolidação:

1. Reunir as demonstrações financeiras da entidade que controla e das entidades controladas;
2. Uniformizar as demonstrações financeiras;
3. Combinar os itens semelhantes do Balanço e da Demonstração de Resultados;
4. Eliminar o investimento da entidade que controla na entidade controlada;
5. Reconhecer os interesses que não controlam;
6. Eliminar os saldos e transações intragrupo público;



7. Alocar os resultados;
8. Apresentação de Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Método de Equivalência Patrimonial (MEP) – em que os ativos financeiros de uma investidora numa associada ou empreendimentos conjuntos são mensurados no reconhecimento inicial pelo custo, e subsequentemente ajustados da sua quota-parte dos aumentos e diminuições da entidade investida.



I.B. - Grupo Municipal

I.B.1. - Município da Figueira da Foz

Ao nível da **execução orçamental e atividade financeira** em 2022, importa destacar os seguintes indicadores:

- A receita efetiva cobrada (que corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e equivalentes de caixa, sem gerarem obrigações orçamentais) ascendeu a € 57.281.934 (receita líquida), tendo apresentado um aumento de 17,75% face ao exercício anterior, o que corresponde, em termos absolutos, a uma variação positiva de € 8.634.615.
- A taxa de execução da receita efetiva (líquida) foi de 87%.
- As receitas correntes (líquidas) totalizaram a importância de € 48.548.716, registando uma taxa de execução de 99,06% e um acréscimo no montante de € 4.954.838.
- Os Impostos Diretos somaram a importância de € 24.524.473 (valor líquido), verificando-se um aumento, em termos absolutos, de € 2.710.013. Destaca-se o acréscimo da receita do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (mais € 1.554.626) e da Derrama (mais € 804.772).
- O IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, IP e a Direção Geral das Autarquias Locais transferiram para o Município a importância de € 4.951.089, no âmbito do processo de Descentralização de Competências na Área da Educação estabelecido pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e nos termos do respetivo diploma de âmbito setorial (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).
- As receitas de capital efetivas (líquidas) ascenderam a € 8.668.147, apresentando um índice de cobrança de 51,67% e um crescimento de € 3.636.645.
- A receita de capital correspondente a fundos comunitários totalizou a importância de € 6.651.140, representando, em termos absolutos, mais € 4.180.044 face ao ano anterior.
- A taxa de execução da receita total líquida foi de 89,78%, não se registando desde 2014 (ano da entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) um índice de cobrança inferior a 85%,



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

pelo que não haverá lugar ao mecanismo de “Alerta precoce de desvios” previsto no artigo 56.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na sua redação atual.

- A despesa efetiva paga (que corresponde à despesa deduzida dos ativos e passivos financeiros de natureza orçamental) totalizou a importância de € 62.656.147, contabilizando um aumento de € 15.295.773 face ao ano anterior.
- O valor da despesa paga respeitante à aquisição de bens de capital foi de € 20.855.537, registando um acréscimo de € 9.383.443 comparativamente a 2021.
- A despesa total comprometida ascendeu a € 75.062.997, correspondendo a 83,73% do valor do Orçamento da Despesa.
- O Município cumpriu a Regra do Equilíbrio Orçamental prevista no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. De acordo com a referida norma, “...a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio longo prazo” e “... no momento da revisão orçamental para integração do saldo da gerência anterior, este último releva na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir”.
- O capital em dívida respeitante aos contratos de empréstimos de médio e longo prazo, ao contrato de locação financeira imobiliária totalizou e empréstimo para substituição de dívida totalizou, no final do exercício de 2022, a importância de € 22.695.422.
- Em 2022, o Município cumpriu o Limite da Dívida Total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, tendo a margem absoluta o valor de € 36.003.215. No final do Exercício, a margem efetivamente disponível para endividamento era de € 6.598.360.
- No final do exercício de 2022, o Prazo Médio de Pagamentos situou-se em 16 dias.
- O Município manteve-se, no exercício em análise, numa situação sem Pagamentos em Atraso, cumprindo, assim, o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso). Todos os compromissos registados no ano de 2022 foram assumidos com enquadramento nos respetivos Fundos Disponíveis, cumprindo-se, assim, o disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

redação atual (Diploma que estabelece os procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso).

- O Resultado Líquido do Exercício de 2022 é positivo, no montante de € 774.716.

Resultados financeiros do município da Figueira da Foz

O Resultado Líquido do Exercício de 2022 é positivo, no valor de € 774.716, como resultado de um total de Rendimentos de € 52.994.480 e um total de Gastos de € 52.219.764.

No ano económico de 2022, registou-se um total de Gastos decorrentes da atividade desenvolvida pelo Município, no valor de € 52.219.764, representando mais 3,13% (€ 1.584.596) do que no ano anterior.

As parcelas mais representativas dos Gastos incorridos pelo Município (não considerando os Gastos de Depreciação e de Amortização) foram os Gastos com Pessoal e os Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, com pesos de 32,24% e 30,37%, respetivamente.

A atividade desenvolvida no ano económico de 2022 originou Rendimentos, no valor total de € 52.994.480, os quais aumentaram 13,40% (€ 2.921.473), comparativamente a 2021.



I.B.2. - Figueira Domus, E.M. S.A.

A Figueira Domus – Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, EM, tem por objeto essencial o desenvolvimento da gestão social, patrimonial e financeira dos bairros e fogos de habitação social e à promoção de habitação a custos controlados.

O município da Figueira da Foz detém a totalidade do respetivo capital social.

Atividade

Por delegação do município da Figueira da Foz, nos termos das deliberações da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2008 e de 28 de dezembro de 2012, e em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a Figueira Domus, E.M tem por objeto a *“promoção do desenvolvimento da gestão social, patrimonial e financeira dos bairros e fogos de habitação social do Município e da Empresa, a promoção de habitação a custos controlados, em execução da política de habitação da Câmara Municipal, promovendo permutas ou vendas que forem determinadas e executar as obras que a gestão dos bairros exija, tendo como objetivo primordial a promoção da melhoria do bem-estar da população residente”*.

Em resultado da entrada em vigor, em 22 janeiro de 2016, do novo Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação Social, alterado na sequência da entrada em vigor das Leis n.º 80/2014 e n.º 81/2014, ambas de 19 de dezembro, os serviços da empresa prosseguiram com a implementação das novas normas, tendo em vista assegurar maior justiça, equidade e probidade no desempenho das competências e atribuições da empresa em matéria de gestão social.

No âmbito da Gestão e Intervenção Social, as atividades desenvolvidas no ano de 2022, e à semelhança dos anos anteriores, incidiram em três vertentes fundamentais:

- Receção e apreciação de pedidos de candidatura a habitação em regime de arrendamento apoiado;
- Atribuição de habitação em regime de arrendamento apoiado;



- Gestão social dos fogos e respetivos beneficiários que constituem o parque habitacional, atualmente composto por 564 fogos, 15 garagens e 5 lojas, totalizando 584 frações.

Em 2022 procedeu-se à abertura de 62 Processos de Pedido de Alojamento (PPA), verificando-se um aumento de abertura de processos de pedido de habitação, em cerca de 16,98% relativamente ao ano de 2021. Num modelo de gestão integrada e descentralizada, efetuaram-se atendimentos a arrendatários e requerentes de habitação em regime de arrendamento apoiado, contabilizando-se 715 atendimentos, constatando-se uma diminuição de 1,11% relativamente ao ano anterior, cujos atendimentos foram via telefone, a arrendatários e munícipes do concelho.

A intervenção social efetuada tem por base o princípio de proximidade, privilegiando o contacto direto com as populações residentes nos diversos bairros, razão pela qual foram efetuadas regularmente visitas domiciliárias. O principal objetivo das visitas domiciliárias é desenvolver mecanismos de proximidade entre os beneficiários e a empresa, criando elos de ligação e de confiança entre ambos, para além de contribuir para a harmonização das relações com a vizinhança, integração dos indivíduos nos bairros e sensibilização dos beneficiários para o cumprimento do pagamento das rendas, bem como, dos acordos de regularização de dívidas.

No ano de 2022 foram realizadas 408 visitas domiciliárias, tendo-se verificado um decréscimo de 17,41% comparativamente ao ano de 2021.

Dada a existência de beneficiários de habitação social devedores e, considerando como uma das prioridades da empresa a redução dos valores em dívida, bem como, a diminuição do número de devedores, no estrito cumprimento do plano de recuperação de dívidas e em plena coordenação com o SAF, as técnicas do Serviço de Ação Social e Intervenção Local efetuaram contactos permanentes aos beneficiários com rendas em atraso, no sentido de os sensibilizar para o cumprimento do seu pagamento nos prazos legais e para as consequências inerentes ao incumprimento. Neste âmbito, foram efetuados 25 acordos de pagamento de dívida. Comparativamente ao ano de 2021, constatou-se um aumento de 212,50% no número de acordos efetuados.



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Durante o ano de 2022 foi atribuído 1 fogo municipal a um agregado familiar na freguesia de Alhadas. Em termos comparativos, face ao ano transato, não foi registada nenhuma alteração, visto que também foi registada uma atribuição em 2021.

Foi ainda, realizada uma atribuição de carácter excecional de um fogo no Bairro da Gala Sidney, freguesia de S. Pedro, relativamente à situação de sem teto.

No decorrer do ano 2022, foram realizadas 6 transferências relacionadas com questões de índole social e de doença, adequação de tipologia e ainda proximidade da família a infraestruturas. Foram efetuadas 54 verificações habitacionais de processos de pedido de alojamento, verificando-se uma diminuição de 15,63%, comparativamente ao ano de 2021.

Como é do conhecimento geral, após um momento relacionado com a crise pandémica que assolou o mundo provocando enormes prejuízos na nossa comunidade, sejam eles do nível da saúde pública, financeiros, como ao nível dos comportamentos sociais, o mundo entrou em nova crise, com a invasão militar que a Rússia lançou em larga escala contra a Ucrânia. Esta invasão originou um fluxo migratório à força, com várias famílias que tiveram de abandonar a Ucrânia por questões de segurança e sobrevivência. O mundo não ficou indiferente, e rapidamente se levantaram ondas de solidariedade para com o povo ucraniano.

Neste sentido o Município da Figueira da Foz rapidamente tomou a iniciativa de receber refugiados ucranianos, tendo disponibilizado transporte desde a Eslovénia até a nossa cidade, acolhendo-os numa primeira fase no Colégio de Quiaios.

A Figueira Domus, E.M., prestou colaboração efetiva com o Município da Figueira da Foz no processo de criação de parceria com o IHRU para a disponibilização de 9 fogos no Bairro da Matioa, tendo colaborado no processo de atribuição e instalação das famílias. Cumulativamente colaborou ainda ativamente no processo de candidaturas ao programa Porta de Entrada, possibilitando que as famílias que tiveram resposta habitacional no mercado privado, pudessem candidatar-se a apoios ao arrendamento, conforme previsto no programa Porta de Entrada.

No âmbito da candidatura realizada pelo Município da Figueira da Foz ao POSEUR 2020 – Reabilitação e Eficiência Energética, foi dada continuidade ao acompanhamento dos trabalhos de beneficiação energética no Bairro da Leirosa, assim como proceder a execução dos mesmos no



Bairro de Vila Verde e Vila Robim. Esta intervenção visa realizar intervenção ao nível exterior dos edifícios existentes no Bairro da Leirosa, 1ª fase e 2ª Fase, Bloco das Viúvas, Bairro do Hospital, alguns blocos no Bairro da Gala-Sidney, Bairro de Vila Verde e Vila Robim.

A Figueira Domus, E.M tendo integrado a equipa técnica que realizou a Estratégia Local de Habitação da Figueira da Foz, deu continuidade a realização da candidatura ao 1º Direito, realizando conjuntamente com os serviços técnicos do Município o levantamento arquitetónico dos fogos para realização dos projetos e realização de futuro procedimento concursal para empreitada. Foi igualmente realizada candidatura a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, nomeadamente com a realização de procedimento de consulta prévia para a aquisição dos projetos de execução para instrução da candidatura e lançamento de concurso de empreitada, encontrando-se já aprovadas as 8 candidaturas realizadas junto do IHRU.

Foram ainda realizadas parcerias de vária índole, com diversas organizações e instituições, que cooperam no cumprimento vital dos objetivos de gestão material e social dos bairros, que são peças fulcrais no desiderato da valorização humana e da inclusão social, promovendo uma participação ativa biunívoca entre os beneficiários e a empresa, de uma forma meritória e de reconhecidos louvores. Foram implementadas várias ações de incentivo à capacitação individual e coletiva, para o combate à pobreza dos cidadãos mais desfavorecidos, com claros incentivos para assunção da autossuficiência e para uma diminuição da dependência dos apoios sociais.

Na perspetiva económica e financeira, em 2022, o Passivo totalizou o valor de 6.231.963, verificando-se uma diminuição do Passivo no montante de € 593.580 relativamente ao período anterior. Esta variação face a 2021 de -7,70%, ocorre principalmente devido à diminuição dos Financiamentos Obtidos.

Em relação ao Ativo no montante de € 14.090.836 registou-se um aumento de € 7.920 (0,06%), face ao ano anterior, causada essencialmente pelo incremento nos Meios Financeiros Líquidos (Caixa e Depósitos à Ordem).



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Os Gastos da empresa totalizaram o valor de € 1.031.250, registando uma diminuição de 8,43%, em comparação ao período homólogo de 2021. Quanto aos Rendimentos, registaram o montante de € 1.761.996, menos € 112.006 (-6%), relativamente a 2021.

Verificou-se uma diminuição de 1,38% no volume de negócios, em relação ao ano de 2021 e obteve-se um índice de Rendimentos/ Gastos de 1,71.

Resultados financeiros da Figueira Domus, E.M. S.A.

A Empresa apresentou em 2022 um resultado líquido do exercício positivo de € 601.500,10, o que representou um decréscimo de € 8.128,47 relativamente ao exercício de 2021, que registou um resultado líquido do exercício de € 609.628,57, correspondente a uma variação de -1,33%.



I.B.3. - Municípa, E.M., S.A.

A Municípa – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M, S.A é uma empresa municipal, sociedade anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, em Oeiras.

A Sociedade tem por objeto principal a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas, assim como a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica.

O Município da Figueira da Foz, detém uma participação de 2,31%, sendo o restante capital distribuído por um vasto conjunto de municípios (53), comunidades intermunicipais (2) e associações de Municípios (5), sendo o maior acionista o Município de Oeiras, com 59,70% do capital social.

Atividade

O ano de 2022 foi marcado por resultados financeiros negativos.

Tendo por base o relatório de contas da empresa, este expõe que analisando a evolução da tipologia de projetos no mercado nacional de 2018 para 2022, assistiu-se:

- À regressão de projetos de cartografia e de fotografia aérea (-63%);
- Ao desaparecimento dos projetos de Riscos, apesar das evidentes necessidades que o país tem;
- Ao desaparecimento dos projetos de SIG e cadastro de vias igualmente sem expressão e igualmente necessários;
- Ao cadastro de infraestruturas a reduzir e, apesar da sua incontornável necessidade, foram os preços abaixo do preço de custo, que determinaram a sua extinção;
- Ao aparecimento de um mercado crescente de topografia em detrimento dos serviços prestados pelas empresas de cartografia e cadastro;



- Ao aparecimento do cadastro simplificado com valores de projetos interessantes, mas que se resumiram a garantir o pagamento do ordenado mínimo através das empresas, aos desempregados da região, sem qualquer criação de valor.

Face ao exposto, concluiu-se a crescente desvalorização e o desinvestimento deste setor.

O quadriénio 2018-2022 caracterizou-se ainda, pelo aparecimento de narrativas difamatórias de empresas que provocaram uma destabilização no mercado.

Os projetos internacionais no período 2017 a 2021 atingiram uma importância média de 42% na faturação da empresa, caindo para cerca de 5% no ano de 2022.

O peso médio da faturação dos Sócios de 2019-2022 foi de 12,9% e, dentro deste valor, o peso da faturação com o maior acionista (Oeiras) foi de 4,7% em média, evidenciando a independência da empresa relativamente à estrutura acionista.

O desafio para o futuro é reverter o peso médio da faturação de não sócios (87% no último quadriénio) para faturação de sócios.

Resultados

A empresa registou em 2022 um resultado líquido negativo de € 1.046.763, registando uma diminuição em relação a 2021, que registou um resultado positivo de € 35.882.



I.C. - Análise Económico-Financeira da Atividade Consolidada

O processo de consolidação decorre da preparação, por parte do município, de todas as demonstrações financeiras das entidades, numa mesma base contabilística, de acordo com as regras definidas pelo Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

O presente relatório tem como documento orientador e de apoio à Consolidação de Contas, o Manual de Consolidação de Contas aprovado em reunião de Câmara de 11/05/2022.

I.C.1. - Análise ao Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado destina-se a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, a situação patrimonial do Grupo no final do ano de 2022, de acordo com o seu Perímetro de Consolidação Financeiro.

Em 2022, o Ativo das contas consolidadas do Grupo Municipal da Figueira da Foz atingiu o valor de € 264.284.922, representando um aumento de € 16.902.541 (6,83%) face ao ano anterior, refletindo a variação ocorrida nas contas individuais do Município que registou um acréscimo de € 17.378.621 (7,22%).

O Balanço da Figueira Domus, E.M registou um aumento de € 7.920 (0,06%), causada essencialmente pelo incremento nos Meios Financeiros Líquidos (Caixa e Depósitos à Ordem).

Verifica-se que as contas individuais do Município representam 94,82% do Ativo do Grupo (antes das eliminações) e as contas individuais da empresa Figueira Domus, E.M representam 5,18%.

Do total do Ativo, 83,77% constitui o Ativo Não Corrente e 16,23% o Ativo Corrente.



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Tabela 6: Evolução do ativo

Rubricas	2022		2021		Variação 2021/ 2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	216 190 295	81,80%	205 454 096	83,05%	10 736 199	5,23%
Propriedades de investimento	2 621 970	0,99%	3 018 514	1,22%	-396 544	-13,14%
Ativos intangíveis	42 340	0,02%	0	0,00%	42 340	-
Ativos biológicos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Participações financeiras	1 968 493	0,74%	1 944 134	0,79%	24 358	1,25%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Acionistas/ sócios/ associados	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Diferimentos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros ativos financeiros	2 135	0,00%	1 853	0,00%	283	15,26%
Ativos por impostos diferidos	8 064	0,00%	7 897	0,00%	168	2,12%
Cientes, contribuintes e utentes	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outras contas a receber	565 637	0,21%	565 637	0,23%	0	0,00%
	221 398 935	83,77%	210 992 131	85,29%	10 406 804	4,93%
Ativo corrente						
Inventários	430 274	0,16%	438 414	0,18%	-8 141	-1,86%
Ativos biológicos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	689 723	0,26%	1 276 476	0,52%	-586 753	-45,97%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Cientes, contribuintes e utentes	694 681	0,26%	333 688	0,13%	360 992	108,18%
Estado e outros entes públicos	85	0,00%	57 971	0,02%	-57 886	-99,85%
Acionistas/ sócios/ associados	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outras contas a receber	21 076 380	7,97%	20 072 728	8,11%	1 003 652	5,00%
Diferimentos	216 594	0,08%	50 075	0,02%	166 519	332,54%
Ativos detidos para negociação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros ativos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ativos não correntes detidos para venda	0	0,00%	262 240	0,11%	-262 240	-100,00%
Caixa e depósitos	19 778 251	7,48%	13 898 658	5,62%	5 879 593	42,30%
	42 885 987	16,23%	36 390 251	14,71%	6 495 737	17,85%
Total do Ativo	264 284 922	100,00%	247 382 381	100,00%	16 902 541	6,83%

Os **Ativos Fixos Tangíveis** representam 81,80% do total do Ativo e registaram uma subida de € 10.736.199 (5,23%). A variação registada deve-se à situação ocorrida nas contas individuais do município e justifica-se essencialmente por novos investimentos (por exemplo, eficiência energética), pela incorporação de ativos decorrentes da transferência de competências na área da



saúde (por exemplo, Centros de Saúde) e o reconhecimento contabilístico dos ativos proporcionados pela concessionária de águas e saneamento (Águas da Figueira, SA).

Na rubrica **Outras Contas a Receber do Ativo não Corrente** encontra-se contabilizada a importância de € 565.637, valor respeitante na totalidade às contas do município.

Quanto à rubrica de **Outras Contas a Receber e Caixa e Depósitos** do Ativo Corrente apresentaram aumentos de € 1.003.652 (5,00%) e € 5.879.593 (42,30%), respetivamente. Estes acréscimos devem-se maioritariamente à situação ocorrida nas contas individuais do município.

A rubrica **Outras Contas a Receber do Ativo Corrente** consolidado, foi fortemente influenciada pelas contas do município que com a aplicação do Princípio do Acréscimo, os rendimentos e os gastos são reconhecidos quando obtidos ou suportados, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem. Conforme preconiza o referido Princípio, foram reconhecidos os rendimentos de 2022 respeitantes aos Impostos Diretos e à Participação no IRS, cuja cobrança irá ocorrer em 2023.

Refira-se que o Imposto Municipal sobre Imóveis é um imposto que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos, sendo devido pelo proprietário a 31 de dezembro do ano a que respeitam. Assim, o Imposto Municipal sobre Imóveis que se prevê cobrar em 2023 constitui um rendimento do exercício de 2022. Da mesma forma, a Derrama e a Participação do Município no IRS a cobrar em 2023 incidem sobre rendimentos de 2022. Em 2022, foram também reconhecidos, nas contas do município, como rendimentos, entre outros, a tarifa de remoção de resíduos sólidos urbanos do mês de dezembro de 2022 a transferir pela empresa Águas da Figueira. S.A.

As **Propriedades de Investimento e Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis** sofreram decréscimos cujos valores são de € 396.544 (-13,14%) e € 586.753 (-45,97%), respetivamente. Estas diminuições surgem maioritariamente devido à situação ocorrida nas contas individuais do município.

A rubrica **Propriedades de Investimento** contabiliza, em 2022, o montante de € 2.621.970. As propriedades de investimento são Ativos imobiliários detidos para obtenção de rendas ou para valorização de capital, ou para ambas. Tais propriedades geram fluxos de caixa.



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

A rubrica **Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis** encontra-se contabilizada a importância de € 689 723, valor respeitante na totalidade às contas do município.

O **Resultado Líquido Consolidado** apresenta um valor positivo de € 795.184, aproximando-se do valor do Resultado Líquido positivo do Município de € 774.716.

Tabela 7: Evolução do passivo

Rubricas	2022		2021		Variação 2021/2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Passivo não corrente						
Provisões	165 855	0,36%	93 500	0,25%	72 355	77,39%
Financiamentos obtidos	26 348 899	57,23%	20 731 396	55,30%	5 617 503	27,10%
Fornecedores de investimento	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Diferimento	6 546 054	14,22%	4 824 792	12,87%	1 721 262	35,68%
Passivos por impostos diferidos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Fornecedores	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outras contas a pagar	3 480 466	7,56%	3 093 653	8,25%	386 813	12,50%
	36 541 274	79,37%	28 743 341	76,67%	7 797 933	27,13%
Passivo corrente						
Credores por transf. e subsídios não reembolsáveis concedidos	18 886	0,04%	32 653	0,09%	-13 767	-42,16%
Fornecedores	2 865 446	6,22%	2 002 187	5,34%	863 260	43,12%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0,00%	6 950	0,02%	-6 950	-100,00%
Estado e outros entes públicos	192 512	0,42%	126 267	0,34%	66 245	52,46%
Acionistas/ sócios/ associados	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Financiamentos obtidos	2 420 214	5,26%	2 755 117	7,35%	-334 902	-12,16%
Fornecedores de investimento	613 006	1,33%	759 691	2,03%	-146 685	-19,31%
Outras contas a pagar	3 129 255	6,80%	2 981 568	7,95%	147 688	4,95%
Diferimentos	258 437	0,56%	80 730	0,22%	177 707	220,13%
Passivos detidos para negociação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros passivos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	9 497 757	20,63%	8 745 162	23,33%	752 595	8,61%
Total do passivo	46 039 031	100,00%	37 488 502	100,00%	8 550 529	22,81%



O Passivo Consolidado totalizou o valor de € 46.039.031, constituído por 79,37% de Passivo Não Corrente e 20,63% de Passivo Corrente.

Face ao mesmo período de 2021, registou-se um aumento de € 8.550.529 (22,81%), acompanhando a situação evolutiva do Passivo do Município, que registou um acréscimo de € 9.026.609 (29,33%).

A empresa Figueira Domus, E.M registou um decréscimo no passivo no valor de € 593.580 (-8,70%).

As contas individuais do município representam 86,46% do passivo do Grupo (antes das eliminações) e totalizaram o valor de € 39.807.068.

As contas individuais da empresa Figueira Domus, E.M representam 13,54% do passivo do Grupo (antes das eliminações) e totalizaram o valor de € 6.231.963.

A variação positiva do passivo de € 8.550.529 (22,81%) resulta essencialmente da subida do Passivo Não Corrente Consolidado mais concretamente da rubrica **Financiamentos Obtidos e Diferimentos**.

O agregado **Financiamentos Obtidos** obteve um acréscimo no valor de € 5.282.601 (22,49%) face ao ano anterior, justifica-se substancialmente, pelo acréscimo verificado nas contas individuais do município, relacionado maioritariamente com a utilização do empréstimo de médio e longo prazo contraído junto do banco BPI S.A., para financiamento do investimento “Eficiência Energética na Iluminação Pública” no valor de € 7.347.717, decorrente de obrigações assumidas em exercício económico anterior.

O agregado **Diferimentos** do Passivo também obteve um acréscimo de € 1.721.262 em resultado das contas individuais do município, fruto dos subsídios para investimento a que o Município teve direito e que só irão ser imputados como rendimentos nos exercícios em que forem contabilizadas as amortizações do ativo fixo tangível a que respeitam. Ou seja, correspondem a subsídios ao investimento que foram recebidos e respeitam a obras que ainda não foram concluídas. Aquando da sua conclusão, estes valores serão transferidos para património líquido e posteriormente reconhecidos os seus rendimentos, sendo estes amortizados conjuntamente com o ativo subsidiado.



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Quanto ao Passivo Corrente Consolidado totalizou o valor de € 9.497.757 obtendo um acréscimo de € 752.595 (8,61%).

As rubricas **Fornecedores**, **Outras Contas a Pagar** e **Diferimentos** foram as que apresentaram aumentos de € 863.260 (43,12%), € 147.688 (4,95%) e € 177.707 (220,13%), respetivamente.

Relativamente à rubrica **Fornecedores**, totalizou o valor de € 2.865.446, seguindo a tendência das contas individuais do Município que totalizou a importância de 2.854.467.

O aumento do agregado **Outras Contas a Pagar**, decorrente na sua totalidade da situação do município da Figueira da Foz, relacionado com a conta "Credores por Acréscimos de Gastos" que serve de contrapartida aos gastos a reconhecer no próprio exercício, cuja despesa só venha a incorrer em exercício ou exercícios posteriores, compreende essencialmente aos encargos com férias (mês e subsídios de férias) e os respetivos encargos sociais a pagar em 2023, em obediência ao Princípio do Acréscimo.

Na empresa Figueira Domus, E.M, o Passivo sofreu um decréscimo, relativamente ao ano de 2021, devido à diminuição dos Financiamentos Obtidos.



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

A tabela 8 relaciona o peso das contas individuais do município e das entidades nas contas consolidadas do Balanço:

Tabela 8: Peso das Contas Individuais nas Contas Consolidadas – Balanço

Entidades	Balanço Individual			Peso das contas individuais em relação às contas consolidadas (antes das eliminações)		
	Total do Ativo	Total do Passivo	Total do Património Líquido	Ativo	Passivo	Património Líquido
	1)	2)	3)	5=1/4	6=2/4	7=3/4
Município da Figueira da Foz	258 127 779	39 807 068	218 320 711	94,82%	86,46%	96,53%
Figueira Domus, E.M.	14 090 836	6 231 963	7 858 873	5,18%	13,54%	3,47%
Totais dos Balanços Individuais 4)	272 218 615	46 039 031	226 179 584			

Tabela 9: Indicadores Económico-Financeiros do Balanço Consolidado

Indicadores	2021	2022	Varição 21/22
1. Liquidez			
1.1 Liquidez Geral: Ativo Corrente / Passivo Corrente	416,12%	451,54%	35,42%
1.2 Liquidez Imediata: Disponibilidades/Passivo Corrente	158,93%	208,24%	49,31%
1.3 Liquidez Reduzida: Ativo Corrente - Inventários / Passivo Corrente	411,11%	447,01%	35,90%
2. Estrutura Financeira			
2.1 Endividamento: Passivo / Ativo	15,15%	17,42%	2,27%
2.2 Autonomia Financeira: Património Líquido/ Ativo	84,85%	82,58%	-2,27%
2.3 Solvabilidade: Património Líquido/ Passivo	559,89%	474,05%	-85,84%

O Indicador da **Liquidez Geral** mede a capacidade de uma entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo. Este Indicador deve ser superior a 100%, sendo que, quanto maior for o seu resultado, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.



O indicador de **Liquidez Imediata** totalizou 208,24%, registando um acréscimo de 49,31% relativamente ao ano de 2021. Este indicador mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou responsabilidades a curto prazo, utilizando os montantes de Disponibilidades. Quanto maior for o resultado deste indicador, maior será a certeza que os débitos de curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.

O Indicador da **Liquidez Reduzida** mede a capacidade das Disponibilidades e dos créditos de curto prazo cobrirem as dívidas de curto prazo.

Quanto ao indicador do **Endividamento** com 15,15%, mede o peso dos capitais alheios no financiamento das atividades da autarquia. Em 2022 este indicador aumentou 2,27%.

O indicador de **Autonomia Financeira** com 82,58%, traduz o grau de dependência de uma entidade face a financiamentos externos, quanto maior o resultado maior a autonomia.

O indicador de **Solvabilidade** com 474,05%, mede a capacidade financeira global de uma entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, colocando em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.

I.C.2. - Análise da Demonstração de Resultados Consolidada

Os Rendimentos Consolidados totalizaram o valor de € 52.914.422 e os Gastos Consolidados registaram o valor de € 51.989.992, resultando um Resultado Líquido Consolidado positivo de € 795.184. Salienta-se mais uma vez, a influência dominante das contas individuais da Autarquia, determinando a tendência das contas consolidadas, como se apresenta no mapa que se segue.

As contas individuais do Município representam 96,78% dos rendimentos das contas consolidadas (antes das eliminações) e 98,06% nos Gastos nas contas consolidadas (antes das eliminações).



Tabela 10: Peso das Contas Individuais nas Contas Consolidadas - Demonstração de Resultados

Entidades	Dem. Resultados Individuais (€)			Peso das contas individuais em relação às contas consolidadas (antes das eliminações)	
	Total dos Rendimento (€)	Total dos Gastos (€)	Resultado Líquido (€)	Rendimentos	Gastos
	1)	2)	3)	5=1/4	6=2/4
Município da Figueira da Foz	52 994 480	52 219 764	774 716	96,78%	98,06%
Figueira Domus, E.M.	1 761 996	1 031 250	601 500	3,22%	1,94%
Totais das Demonstrações de Resultados Individuais (4)	54 756 476	53 251 014	1 376 216		

Tabela 11: Evolução dos gastos

Rubricas	2022		2021		Variação 2021/2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custo das mercadorias vendidas matérias consumidas	617 220	1,19%	616 049	1,22%	1 170	0,19%
Fornecimento e serviços externos	16 062 505	30,90%	14 217 632	1262,44%	1 844 873	12,98%
Gastos com o pessoal	17 194 047	33,07%	16 491 208	1464,32%	702 839	4,26%
Prestações sociais	0	0,00%	0	0,00%	0	-
Transferências e subsídios concedidos	2 943 664	5,66%	3 525 506	313,04%	-581 842	-16,50%
Perdas por imparidade	105 691	0,20%	106 115	9,42%	-424	-0,40%
Gastos imputados de entidades	0	0,00%	0	0,00%	0	-
Provisões (reduções)	165 855	0,32%	0	0,00%	165 855	-
Gastos de depreciação e amortização	13 070 092	25,14%	12 980 163	1152,56%	89 929	0,69%
Juros e gastos similares suportados	383 561	0,74%	314 357	27,91%	69 204	22,01%
Outros gastos	1 447 359	2,78%	2 115 511	187,85%	-668 152	-31,58%
Total de Gastos	51 989 992	100,00%	50 366 540	4472,26%	1 623 452	3,22%

O total de Gastos aumentaram € 1.623.452 (3,22%) em comparação com o mesmo período de 2021.



As rubricas de **Fornecimentos de Serviços Externos** e **Gastos com o Pessoal** foram as que mais contribuíram para este aumento, correspondendo-lhe um acréscimo de € 1.844.873 (12,98%) e € 702.839 (4,26%), respetivamente, face ao ano anterior, proveniente da diminuição das contas do Município.

O aumento do agregado **Fornecimentos de Serviços Externos (FSE)** justifica-se pela retoma de atividades culturais e recreativas, que foram canceladas em 2021 face à situação da Pandemia por Covid-19, originando mais gastos com FSE e ainda, pelo aumento significativo e generalizado dos preços em particular nas componentes energéticas, influenciados pelo aumento da taxa de inflação, em consequência da instabilidade provocada pela guerra na Ucrânia.

O aumento do agregado **Gastos com o Pessoal** diz respeito sobretudo a despesas decorrentes do processo de Descentralização de Competências nas áreas da Educação e Saúde nas contas individuais do município.

Quanto à empresa Figueira Domus, E.M o agregado que registou o maior aumento foi também o agregado, **Gastos com o Pessoal**, no valor de € 23.245 (6,86%), face ao ano anterior. Esta variação resulta, do facto de em 2022, foram aumentados os vencimentos dos funcionários com retroativos de janeiro de 2020, após análise jurídica, da aplicabilidade aos funcionários da Figueira Domus, de diplomas que atualizam as remunerações da Administração Pública e aumentam a respetiva base remuneratória.

Por outro lado, a redução das rubricas **Transferências e subsídios concedidos** e **Outros gastos** cujos valores foram de € 581.842 (-16,50%) e € 668.152 (31,58%), resulta da diminuição verificada nas contas do município. O agregado *Transferências e subsídios concedidos* (de natureza corrente e de capital) sofreu um decréscimo em relação ao ano de 2021.

O agregado *Outros gastos* diz respeito a correções de estimativas efetuadas em anos anteriores de impostos e taxas e outras receitas e os gastos com indemnizações.



Tabela 12: Evolução dos Rendimentos

Rubricas	2022		2021		Variação 2021/2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas - Impostos	24 719 947	46,72%	21 798 474	46,99%	2 921 473	13,40%
Impostos, contribuições e taxas - Taxas, Multas e Outras penalidades	1 760 288	3,33%	1 508 374	3,25%	251 914	16,70%
Vendas e Prestação de serviços e concessões	5 511 930	10,42%	4 779 000	10,30%	732 931	15,34%
Rendimentos imputados de entidades	0	0,00%	0	0,00%	0	-
Transferências e subsídios correntes obtidos	17 359 653	32,81%	15 337 810	33,06%	2 021 843	13,18%
Trabalhos para a própria entidade	0	0,00%	0	0,00%	0	-
Reversões - De Perdas por Imparidade e de Provisões	15 726	0,03%	71 368	0,15%	16 900	23,68%
Provisões (aumentos/ reduções)	72 543	0,14%	0	0,00%	0	-
Rendimentos em entidades controladas	22 151	0,04%	7 820	0,02%	14 331	-
Correções relativas a períodos anteriores - Correções de impostos	765 601	1,45%	361 637	0,78%	403 964	-
Imputação de Subsídios e Transferências para Investimentos	2 186 226	4,13%	1 564 277	3,37%	621 949	-
Outros rendimentos	499 594	0,94%	958 063	2,07%	-458 469	-47,85%
Juros e rendimentos similares obtidos	764	0,00%	573	0,00%	191	33,40%
Total de Rendimentos	52 914 422	100,00%	46 387 395	100,00%	6 527 027	14,07%

Os **Rendimentos Consolidados** aumentaram € 6.527.027 (14,07%), tendo contribuído para este efeito as rubricas de **Transferências e subsídios correntes obtidos** e **Impostos, contribuições e taxas**, cujos aumentos foram de € 2.021.843 e € 3.173.387, respetivamente, seguindo a tendência das contas individuais do município.

A rubrica *Transferências e Subsídios Correntes Obtidos* do Município contabilizou, entre outros, os montantes respeitantes à Participação do Município nos Impostos do Estado e as transferências no âmbito do Processo de Descentralização de Competências na Área da Educação, na Saúde e Ação Social. O aumento do agregado *Impostos, contribuições e taxas* do município deve-se principalmente ao aumento de Impostos Diretos arrecadados, destacando-se os acréscimos de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (mais 1.416.719) e Derrama (mais 804.772).



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Quanto às contas individuais da empresa Figueira Domus, E.M. o total de Rendimentos registou um decréscimo de 112.006 (-5,98%) face ao ano transato. A rubrica **Outros Rendimentos** regista o maior decréscimo com menos € 164.115 (96,94%). Inclui montantes com indemnizações recebidas de seguradoras, donativos, restituição de despesas e penalizações por atraso de pagamentos de rendas.

O Resultado Líquido Consolidado apresenta um valor positivo de € 795.184.



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

II. - Demonstrações Orçamentais Consolidadas



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Tabela 13: Demonstração de Desempenho Orçamental

Demonstração consolidada de desempenho orçamental			em euros (€)		Demonstração consolidada de desempenho orçamental			em euros (€)	
Rubrica	RECEBIMENTOS	Consolidado		Rubrica	PAGAMENTOS	Consolidado		2022	2021
		2022	2021			2022	2021		
	Saldo de Gerência Anterior	13 898 658,16	14 274 121,35						
	Operações Orçamentais (1)	11 356 222,56	12 068 853,55						
	Restituições do saldo de Oper. Orçamentais	86 672,78	258 807,35						
	Operações de Tesouraria (A)	2 542 435,60	2 205 267,80						
	Receita Corrente	54 044 124,88	44 005 815,62		Despesa Corrente	36 338 521,73	34 483 180,65		
R1	Receita Fiscal	24 524 472,75	21 814 459,40	D1	Despesa com pessoal	17 334 905,27	16 694 878,10		
R11	Impostos Diretos	24 524 472,75	21 814 459,40	D11	Remunerações certas e permanentes	13 035 988,74	12 611 797,35		
R12	Impostos Indiretos	0,00	0,00	D12	Abonos variáveis e eventuais	705 128,14	588 224,73		
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistema de saúde	0,00	0,00	D13	Segurança Social	3 593 788,39	3 494 082,25		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 666 492,79	1 483 451,45	D2	Aquisição de bens e serviços	15 477 960,68	13 899 140,62		
R4	Rendimentos de propriedade	2 259 902,99	48 719,49	D3	Juros e outros encargos	337 044,26	341 962,79		
R5	Transferências Correntes	16 854 840,36	15 984 861,21	D4	Transferências e subsídios Correntes	2 872 371,02	4 522 708,68		
R51	Administrações Públicas	16 310 220,21	15 523 847,02	D41	Transferências Correntes	2 872 371,02	4 522 708,68		
R511	Administração Central -Estado	15 424 947,41	14 901 637,83	D411	Administrações Públicas	1 441 907,64	1 473 526,18		
R512	Administração Central -Outras Entidades	885 272,80	622 209,19	D4111	Administração Central -Estado	287 055,35	334 759,69		
R513	Segurança Social	0,00	0,00	D4112	Administração Central -Outras Entidades	0,00	0,00		
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D4113	Segurança Social	0,00	0,00		
R515	Administração Local	0,00	0,00	R4114	Administração Regional	0,00	0,00		
R52	Exterior - UF	0,00	0,00	D4115	Administração Local	1 154 852,29	1 138 766,49		
R53	Outras	544 620,15	461 014,19	D412	Entidades do setor não lucrativo	1 248 842,80	1 100 390,94		
R6	Venda de bens e serviços	3 376 827,10	4 359 729,98	D413	Famílias	126 958,18	183 566,65		
R7	Outras receitas correntes	5 361 588,89	314 594,09	D414	Outras	54 662,40	253 671,45		
	Receita de Capital	8 668 147,24	5 031 502,21	D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00		
R8	Venda de bens de investimento	69 801,97	856 891,10	D5	Outras despesas correntes	316 240,50	536 817,69		
R9	Transferências e subsídios de Capital	8 598 345,27	4 025 548,50		Despesas de Capital	25 914 887,53	12 266 905,52		
R91	Transferências de Capital	8 598 345,27	4 025 548,50	D6	Aquisição de bens de capital	20 855 536,93	11 472 094,04		
R911	Administrações Públicas	8 598 345,27	4 025 548,50	D7	Transferências de Capital	132 611,74	513 819,82		
R 9111	Administração Central -Estado	7 386 221,28	3 947 689,41	D71	Administrações Públicas	57 199,91	464 381,61		
R9112	Administração Central -Outras Entidades	1 212 123,99	77 859,09	D711	Administração Central -Estado	5 206,47	226 178,00		
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	D712	Administração Central -Outras Entidades	0,00	0,00		
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	D713	Segurança Social	0,00	0,00		
R9115	Administração Local	0,00	0,00	D714	Administração Regional	0,00	0,00		
R912	Exterior - UF	0,00	0,00	D715	Administração Local	51 993,44	238 203,61		
R913	Outras	0,00	0,00	D72	Instituições sem fins lucrativos	75 411,83	49 438,21		
R92	Subsídios de Capital	0,00	0,00	D73	Famílias	0,00	0,00		
R10	Outras receitas de capital	0,00	149 062,61	D74	Outras	0,00	0,00		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	65 070,68	21 939,02	D8	Outras despesas de capital	4 926 738,86	280 991,66		
	Receita efetiva (2)	62 777 342,80	49 059 256,85		Despesa efetiva (5)	64 775 452,96	46 750 086,17		
	Receita não efetiva (3)	11 935 302,96	0,00		Despesa não efetiva (6)	6 836 175,95	2 959 955,23		
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00		
R13	Receita com passivos financeiros	11 935 302,96	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	6 836 175,95	2 959 955,23		
	Soma (4) = (1) + (2) + (3)	86 068 868,32	61 128 110,40		Soma (7) = (5) + (6)	71 611 628,91	49 710 041,40		
	Operações de Tesouraria (B)	991 774,00	873 968,66		Operações de Tesouraria (C)	735 241,35	536 800,86		
					Saldo para a gerência seguinte	19 778 251,36	13 898 658,16		
					Operações orçamentais (8) = ((4) - (7))	16 979 283,11	11 418 069,00		
					Operações de tesouraria (D) = (A) + (B) - (C)	2 798 968,25	2 480 589,16		
					Saldo Global (2) - (5)	523 933,54	2 309 170,68		
					Despesa Primária	63 719 114,34	45 658 049,69		
					saldo corrente	15 183 559,45	9 522 634,97		
					Saldo de capital	-17 246 740,29	-7 235 403,31		
					Saldo primário	-941 771,54	3 401 207,16		
					Receita Total (1) + (2) + (3)	86 068 868,32	61 128 110,40		
					Despesa total (5) + (6)	71 611 628,91	49 710 041,40		



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Tabela 14: Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza				em euros (€)		Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza				em euros (€)	
Rubrica	LIQUIDAÇÕES	Consolidado		Rubrica	OBRIGAÇÕES	Consolidado		Rubrica	OBRIGAÇÕES	Consolidado	
		2022	2021			2022	2021			2022	2021
	Receita Corrente	54 867 685,34	44 424 218,73		Despesa Corrente	36 891 145,94	35 234 266,30				
R1	Receita Fiscal	24 524 472,75	22 052 054,42	D1	Despesa com pessoal	17 452 550,27	16 817 080,24				
R11	Impostos Diretos	24 524 472,75	22 052 054,42	D11	Remunerações certas e permanentes	13 143 777,15	12 720 858,78				
R12	Impostos Indiretos	0,00	0,00	D12	Abonos variáveis e eventuais	710 477,82	593 516,70				
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistema de saúde	0,00	0,00	D13	Segurança Social	3 598 295,30	3 501 927,45				
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 830 577,19	1 493 082,44	D2	Aquisição de bens e serviços	15 893 296,23	14 489 801,18				
R4	Rendimentos de propriedade	2 266 812,06	48 719,49	D3	Juros e outros encargos	337 048,41	341 980,79				
R5	Transferências Correntes	17 179 892,61	16 059 614,71	D4	Transferências Correntes	2 886 409,92	4 555 361,74				
R51	Administrações Públicas	16 535 925,21	15 578 870,20	D41	Administrações Públicas	1 443 193,59	1 502 217,46				
R511	Administração Central -Estado	15 273 266,37	14 713 854,24	D411	Administração Central -Estado	287 055,35	334 759,69				
R512	Administração Central -Outras Entidades	1 262 658,84	865 015,96	D412	Administração Central -Outras Entidades	0,00	0,00				
R513	Segurança Social	0,00	0,00	D413	Segurança Social	0,00	0,00				
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D414	Administração Regional	0,00	0,00				
R515	Administração Local	0,00	0,00	D415	Administração Local	1 156 138,24	1 167 457,77				
R52	Exterior - UE	0,00	0,00	D42	Instituições sem fins lucrativos	1 254 696,33	1 101 040,94				
R53	Outras	643 967,40	480 744,51	D43	Famílias	127 508,51	184 378,43				
R6	Venda de bens e serviços	3 638 914,19	4 441 784,55	D44	Outras	61 011,49	256 171,45				
R7	Outras receitas correntes	5 427 016,54	328 963,12	D5	Subsídios	0,00	0,00				
	Receita de Capital	7 929 492,89	5 723 780,05	D6	Outras despesas correntes	321 841,11	542 373,12				
R8	Venda de bens de investimento	69 801,97	856 030,10		Despesas de Capital	26 073 151,26	13 274 552,60				
R9	Transferências de Capital	7 794 620,24	4 696 748,32	D7	Aquisição de bens de capital	21 013 800,66	12 456 049,62				
R91	Administrações Públicas	7 794 620,24	4 696 748,32	D8	Transferências de Capital	132 611,74	513 819,82				
R911	Administração Central -Estado	735 081,00	1 476 593,21	D81	Administrações Públicas	57 199,91	464 381,61				
R912	Administração Central -Outras Entidades	7 059 539,24	3 220 155,11	D811	Administração Central -Estado	5 206,47	226 178,00				
R913	Segurança Social	0,00	0,00	D812	Administração Central -Outras Entidades	0,00	0,00				
R914	Administração Regional	0,00	0,00	D813	Segurança Social	0,00	0,00				
R915	Administração Local	0,00	0,00	D814	Administração Regional	0,00	0,00				
R92	Exterior - UE	0,00	0,00	D815	Administração Local	51 993,44	238 203,61				
R93	Outras	0,00	0,00	D82	Instituições sem fins lucrativos	75 411,83	49 438,21				
R10	Outras receitas de capital	0,00	149 062,61	D83	Famílias	0,00	0,00				
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	65 070,68	21 939,02	D84	Outras	0,00	0,00				
	Receita efetiva (2)	62 797 178,23	50 147 998,78	D9	Outras despesas de capital	4 926 738,86	304 683,16				
	Receita não efetiva (3)	11 935 302,96	0,00		Despesa efetiva (5)	65 486 340,90	48 508 818,90				
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00		Despesa não efetiva (6)	6 838 452,88	2 959 955,23				
R13	Receita com passivos financeiros	11 935 302,96	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00				
	Receita Total (4) = (1) + (2) + (3)	74 732 481,19	59 236 130,73	D11	Despesa com passivos financeiros	6 838 452,88	2 959 955,23				
					Despesa Total (7) = (5) + (6)	72 324 793,78	51 468 774,13				



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

III. - Demonstrações Financeiras Consolidadas



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Tabela 15: Balanço Consolidado do Grupo Municipal

(valores em euros)

Rubricas	Notas	2022	2021
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	216 190 295	205 454 096
Propriedades de investimento	8	2 621 970	3 018 514
Ativos intangíveis	3	42 340	0
Ativos biológicos	5	0	0
Participações financeiras	18	1 968 493	1 944 134
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0	0
Acionistas/ sócios/ associados		0	0
Diferimentos		0	0
Outros ativos financeiros		2 135	1 853
Ativos por impostos diferidos		8 064	7 897
Clientes, contribuintes e utentes		0	0
Outras contas a receber	18	565 637	565 637
		221 398 935	210 992 131
Ativo corrente			
Inventários	10	430 274	438 414
Ativos biológicos		0	0
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		689 723	1 276 476
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0	0
Clientes, contribuintes e utentes		694 681	333 688
Estado e outros entes públicos		85	57 971
Acionistas/ sócios/ associados		0	0
Outras contas a receber	18	21 076 380	20 072 728
Diferimentos		216 594	50 075
Ativos detidos para negociação		0	0
Outros ativos financeiros		0	0
Ativos não correntes detidos para venda		0	262 240
Caixa e depósitos	1,4	19 778 251	13 898 658
		42 885 987	36 390 251
Total do ativo		264 284 922	247 382 381



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

RUBRICAS	Notas	2022	2021
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/ Capital		210 033 483	210 033 483
Ações (quotas) próprias		0	0
Outros instrumentos de capital próprio		0	0
Prémios de emissão		0	0
Reservas		0	0
Resultados transitados		-46 418 701	-43 088 699
Ajustamentos em ativos financeiros		134 789	107 291
Excedentes de revalorização		0	0
Outras variações no Património Líquido		53 701 136	46 959 123
Resultado líquido do exercício		795 184	-4 117 319
Dividendos antecipados		0	0
Interesses que não controlam		0	0
Total do património líquido		218 245 891	209 893 879
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	165 855	93 500
Financiamentos obtidos	7	26 348 899	20 731 396
Fornecedores de investimento		0	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0	0
Diferimento		6 546 054	4 824 792
Passivos por impostos diferidos		0	0
Fornecedores		0	0
Outras contas a pagar		3 480 466	3 093 653
		36 541 274	28 743 341
Passivo corrente			
Credores por transf. e subsídios não reembolsáveis concedidos		18 886	32 653
Fornecedores		2 865 446	2 002 187
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0	6 950
Estado e outros entes públicos		192 512	126 267
Acionistas/ sócios/ associados		0	0
Financiamentos obtidos	7	2 420 214	2 755 117
Fornecedores de investimento		613 006	759 691
Outras contas a pagar	18	3 129 255	2 981 568
Diferimentos		258 437	80 730
Passivos detidos para negociação		0	0
Outros passivos financeiros		0	0
		9 497 757	8 745 162
Total do passivo		46 039 031	37 488 502
Total do património líquido e passivo		264 284 922	247 382 381



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Tabela 16: Demonstração de Resultados por natureza Consolidada do Grupo Municipal

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas		26 480 235	23 306 848
Vendas		0	20 543
Prestação de serviços e concessões		5 511 930	4 758 457
Rendimentos/ Gastos imputados de entidades controladas, associadas e emp.		22 151	7 820
Transferências e subsídios correntes obtidos		17 359 653	15 337 810
Variações nos inventários da produção		0	0
Trabalhos para a própria entidade		0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-617 220	-616 049
Fornecimento e serviços externos		-16 062 505	-14 217 632
Gastos com o pessoal		-17 194 047	-16 491 208
Transferências e subsídios concedidos		-2 943 664	-3 525 506
Prestações sociais		0	0
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/ reversões)		0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)		-89 966	-36 490
Provisões (aumentos/ reduções)	15	-93 312	0
Imparidade de investimentos não depreciables/ amortizações (perdas/ reversões)		0	1 743
Aumentos/ reduções de justo valor		0	0
Outros rendimentos		3 451 910	2 883 977
Outros gastos		-1 447 359	-2 115 511
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		14 377 806	9 314 801
Gastos/ reversões de depreciação e amortização		-13 070 092	-12 980 163
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)		0	0
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)		1 307 715	-3 665 361
Juros e rendimentos similares obtidos		276	573
Juros e gastos similares suportados		-383 561	-314 357
Resultado antes de impostos		924 430	-3 979 145
Imposto sobre o rendimento		-129 245	-138 174
Resultado líquido do período		795 184	-4 117 319
Resultado líquido do período atribuível a:		0	0
Detentores do capital da entidade-mãe		0	0
Interesses que não controlam		0	0



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Tabela 17: Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada do Grupo Municipal

Fluxos de Caixa Consolidados		em euros	
RUBRICAS	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4 775 005	4 337 907
Recebimentos de contribuintes		24 524 473	21 814 459
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		15 596 026	14 590 808
Recebimentos de utentes		219 789	1 483 451
Pagamentos a fornecedores		-14 571 122	-12 598 276
Pagamentos ao pessoal		-10 775 638	-10 375 519
Pagamentos a contribuintes/ utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 999 281	-6 425 570
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		16 769 252	12 827 261
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		2 727 036	1 081 553
Outros pagamentos		-9 123 012	-8 852 110
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		10 373 276	5 056 703
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-20 393 195	-11 651 089
Ativos fixos intangíveis			
Propriedades de investimento		0	0
Investimentos financeiros		0	0
Outros ativos		0	0
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		69 802	898 891
Ativos fixos intangíveis			
Propriedades de investimento		2 259 903	1 541 273
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		6 651 140	2 471 096
Transferências de capital		1 947 205	1 554 452
Juros e rendimentos similares		0	0
Dividendos		0	19 000
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-9 465 145	-5 166 376
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		17 035 303	0
Realização de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-11 738 477	-2 959 955
Juros e gastos similares		-324 235	-336 866
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		4 972 591	-3 296 821
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		5 880 722	-3 406 494
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		13 898 658	14 274 121
Caixa e seus equivalentes no fim do período		19 778 251	13 898 658
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		13 898 658	14 274 121
- Equivalentes a caixa no início do período		-2 764 046	-2 347 471
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		2 764 046	2 347 471
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo de gerência anterior		13 898 658	14 274 121
De execução orçamental		11 418 069	12 198 378
De operações de tesouraria		2 480 589	2 075 743
Caixa e seus equivalentes no fim do período		19 778 251	13 898 658
- Equivalentes a caixa no início do período		-2 851 600	-2 764 046
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		2 851 600	2 764 046
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo de gerência seguinte	1.4	19 778 251	13 898 658
De execução orçamental		16 979 283	11 418 069
De operações de tesouraria		2 798 968	2 480 589

Tabela 18: Demonstração de Alterações do Patrimônio Líquido do Grupo Municipal

ANO 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio		
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total	
Posição no início do período N-1	1	210 033 483	0	0	0	0	0	-46 941 142	131 509	0	43 811 738	-751 615	206 283 973	0	206 283 973	
Alterações no período																
Primeira adoção de novo referencial contábilístico													0		0	
Alterações de políticas contábilísticas													0		0	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0		0	
Realização do excedente de revalorização													0		0	
Excedentes de revalorização													0		0	
Transferências e subsídios de capital											1 846 170		1 846 170		1 846 170	
Correção de erros materiais								3 893 541					3 893 541		3 893 541	
Ajustamentos por impostos diferidos													0		0	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								-41 097	-24 218		1 301 215	751 615	1 987 515		1 987 515	
	2	0	0	0	0	0	0	3 852 444	-24 218	0	3 147 385	751 615	7 727 225	0	7 727 225	
Resultado líquido do período	3												-4 117 319	-4 117 319	0	-4 117 319
Resultado integral	4=2+3												-3 365 704	3 609 906	0	3 609 906
Operações com detentores de capital no período																
Realizações de capital													0		0	
Realizações de prêmios de emissão													0		0	
Distribuições													0		0	
Entradas para cobertura de perdas													0		0	
Outras operações													0		0	
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Posição no fim do período N-1	6=1+2+3+5	210 033 483	0	0	0	0	0	-43 088 699	107 291	0	46 959 123	-4 117 319	209 893 879	0	209 893 879	



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

ANO 2022

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
Posição no início do período N	6	210 033 483	0	0	0	0	0	-43 088 699	107 291	0	46 959 123	-4 117 319	209 893 879	0	209 893 879
Alterações no período															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													0	0	0
Alterações de políticas contabilísticas													0	0	0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0	0	0
Realização do excedente de revalorização													0	0	0
Excedentes de revalorização													0	0	0
Transferências e subsídios de capital											3 764 927		3 764 927	3 764 927	
Correção de erros materiais								217 060					217 060	217 060	
Ajustamentos por impostos diferidos													0	0	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									0				0	0	
	7	0	0	0	0	0	0	-3 547 063	27 498		2 977 086	4 117 319	3 574 840	3 574 840	
	7	0	0	0	0	0	0	-3 330 002	27 498	0	6 742 013	4 117 319	7 556 827	7 556 827	
Resultado líquido do período	8											795 184	795 184	0	795 184
Resultado integral	9=7+8											4 912 503	8 352 012	0	8 352 012
Operações com detentores de capital no período															
Realizações de capital													0	0	0
Realizações de prémios de emissão													0	0	0
Distribuições													0	0	0
Entradas para cobertura de perdas													0	0	0
Outras operações													0	0	0
	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Posição no fim do período N	6+7+8+9+10	210 033 483	0	0	0	0	0	-46 418 701	134 789	0	53 701 136	795 184	218 245 891	0	218 245 891

IV. - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas



Nota 1 - Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação e outras Entidades Participadas

Tabela 19: Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	% Controlo	
					Direto	Indireto
Município da Figueira da Foz	Avenida Saraiva de Carvalho 3084-501 FIGUEIRA DA FOZ	Serviço municipal			Entidade -mãe	
Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M.	Rua Dr. Mendes Pinheiro s/n Edifício Águas da Figueira 3080-032 FIGUEIRA DA FOZ	Gestão social, patrimonial e financeira dos empreendimentos e fogos de habitação social da Câmara Municipal e da empresa. Tem ainda por objecto a promoção de habitação a custos controlados, a aquisição de fogos e terrenos, promovendo compras, permutas ou vendas que a Câmara Municipal determinar, a execução de obras que a gestão dos empreendimentos municipais exigir e a construção de novos fogos a custos controlados.	3 516 651,00	3 516 651,00	100%	
Municipia - Empresa de Cartografia e sistemas de Informação, E.M., S.A.		Concepção, consultadora e gestão de sistemas de informação geográfica, e em geral de sistemas de informação, produção e comercialização de mapas; prestação de serviços energéticos e soluções ambientais.	3 236 678,67	74 819,68	2,31%	

Tabela 20: Entidades associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% Capital	Obs
Sodenfor - Sociedade Difusora de Ensino, Lda	Rua do Matadouro, n.º 22 - 3080-014 Figueira da Foz	Promoção do ensino secundario tecnico e profissional	Município da Figueira da Foz; Soenprol - Soc. Ensino Profissional, Lda e ACIFF - Assoc. Comercial e Industrial da Figueira Foz	20%	
Estruturas e Investimentos do Mondego, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Largo Prof. Vítor Guerra n.º 3 -3080-072 Figueira da Foz	Promoção, gestão de infra-estruturas e equipamentos colectivos, designadamente centros de feiras e congressos e incubadora de empresas; fomento e acolhimento de iniciativas empresariais que estimulem a riqueza e competencias.	ACIFF - Assoc. Comercial e Industrial da Fig Foz; Casa do Paço Unipessoal Lda; Santa Casa da Misericórdia - Obra da Figueira	32,68%	
Cenforff - Centro de Formação Profissional da Figueira da Foz, Lda	Rua do Matadouro, n.º 22 - 3080-014 Figueira da Foz	Ensino técnico - profissional e a formação profissional, sua exploração e desenvolvimento	Soenprol - Soc. Ensino Profissional, Lda e ACIFF - Assoc. Comercial e Industrial da Fig Foz	20%	
Paço de Maiorca - Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, SA - Em Liquidação	Avenida Saraiva de Carvalho -3084-501 Figueira da Foz	Promoção, gestão de equipamentos hoteleiros e formação de pessoal na area respectiva		49,97%	



Tabela 21: Entidades associadas contabilizadas pelo método de custo

Entidade	Sede Social	% Capital detido	Contribuição Inicial (euros)
AIRC - Associação Informática da Região Centro	Coimbra iParque, Lote nº 15, 3040-540 Antanhol	6,40%	
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	Vil de Matos - 3025-607 Coimbra	2,80%	
IEFF- Incubadora de Empresas da Figueira da Foz, Associação para o desenvolvimento Empresarial	Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz	17,61%	
Associação Sal do Mondego	Largo da Igreja - Santa Luzia - Lavos		
Associação Coimbra Região Digital - Em Liquidação	Praça 8 de Maio, 3000-300 Coimbra	9,09%	

Caixa e depósitos

Em 31/12/2022 a desagregação dos saldos de caixa e de depósitos à ordem consolidados tem a seguinte composição:

Tabela 22: Caixa e depósitos

Conta	Valor	
Caixa		10 536
Depósitos à ordem		16 916 116
. Depósitos bancários à ordem	16 916 116	
Outros depósitos		2 851 600
. Depósitos a prazo	0	
. Depósitos consignados	122 981	
. Depósitos de garantias e cauções	2 728 619	
Total		19 778 251



Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015 de 11 de setembro.

O atual relato corresponde à segunda utilização do referencial acima indicado, de acordo com o NCP1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras.

Ativos Fixos Tangíveis

Os elementos que compõe esta rubrica foram mensurados, em regra, pelo método do custo. Todavia, quando a aquisição do elemento resulta de uma transação sem contraprestação, a mensuração inicial é efetuada pelo Valor Patrimonial Tributário (imóveis) ou pelo justo valor (móveis).

Propriedades de Investimento

Os elementos que compõe esta rubrica foram mensurados pelo método do custo ou pelo método do justo valor.

Ativos Intangíveis

O único bem que pertence a esta rubrica foi mensurado pelo método do custo.

Ativos não Correntes detidos para Venda

Os elementos inseridos nesta rubrica encontram-se mensurados pelo método do custo, não havendo lugar à depreciação dos mesmos.

Em 2022 não existem Ativos não correntes para venda.



Participações Financeiras

As participações financeiras do Município são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método do custo.

Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortização são efetuadas através do método da linha reta (quotas constantes) tendo por base a vida útil do bem. Neste âmbito, a vida útil dos bens adquiridos durante o exercício de 2022 encontram-se definidas de acordo com o Classificador Complementar 2.

Inventários

A mensuração dos inventários é efetuada pelo custo de aquisição. A mensuração das saídas é efetuada através do custo médio ponderado.

Contas a Receber

O reconhecimento inicial das contas a receber de clientes e outros devedores é efetuada através do justo valor. A criação de imparidades está relacionada com a existência de indícios de que a dívida não será recebida, nomeadamente: o prazo da dívida (superior a 6 meses, no caso da empresa Figueira Domus ou 1 ano, no caso do município), a não existência de processo de execução fiscal, a existência de processo de execução fiscal (com instrução superior a 3 anos- Município), a natureza do devedor (público ou privado), a natureza da dívida, a não existência de plano/acordo de pagamento, devedores contra os quais foi submetida um procedimento de injunção (no caso da Figueira Domus) e não recebimento de cartas enviadas nem qualquer contacto efetuado (no caso da Figueira Domus).



Nota 3 – Ativos intangíveis

O contributo para esta nota vem na totalidade do Município.

O principal objetivo desta nota, é apresentar os principais movimentos e alterações relacionados com os ativos intangíveis. O património municipal de ativos intangíveis é constituído por apenas dois elementos, que não geram amortizações.

Tabela 23: Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	1 318,22	1 318,22	0,00	0,00	1 318,22	1 318,22	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	46 546,50	46 546,50	0,00	0,00	88 886,50	46 546,50	0,00	42 340,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	47 864,72	47 864,72	0,00	0,00	90 204,72	47 864,72	0,00	42 340,00



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Tabela 24: Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	42 340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42 340,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Tabela 25: Ativos intangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	42 340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42 340,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Tabela 26: Ativos intangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

A 31/12/2022, o município apenas detém dois bens que se encontram inscritos nesta rubrica:

- “Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil” (totalmente amortizado);
- Nua propriedade do edifício de 3 pisos sito na Estrada de Coimbra, n.º 89 – Figueira da Foz (não amortizável).



Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

O contributo para esta nota vem na totalidade do Município.

O Município da Figueira da Foz concedeu à exploração de privados serviços públicos nas áreas de distribuição de energia elétrica, exploração de parques de estacionamento, abastecimento de água e saneamento, e exploração de um complexo funerário.

Tabela 27: Acordos de concessão - Concedente

Designação	Concessionário	Ativo da Concessão	Período da Concessão
Concessão do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	E-REDES - Distribuição de Electricidade, SA	Energia elétrica	20 anos (inicial) + 20 (prorrogação) (início: 01/09/1982)
Concessão do fornecimento, instalação e exploração de parquímetros coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na cidade da Figueira da Foz	Dornier Portugal, SA	Estacionamento na via pública com duração limitada	20 anos (início: 23/09/2005, prorrogado até 28/02/2026)
Concessão do serviço público de exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento	Águas da Figueira, SA	Exploração dos sistemas de abastecimento de água e saneamento	30 anos (início: 29/03/1999)
Conceção, construção e concessão da exploração do complexo funerário do cemitério oriental da Figueira da Foz	Funfoz, Lda	Terreno / Exploração do crematório	20 anos (início: 04/12/2007)

Tabela 28: Receita da Concessão de Serviços Públicos

Designação da Concessão	Receita bruta	Rendimentos
Concessão do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	1 768 981,47	1 433 081,50
Concessão do fornecimento, instalação e exploração de parquímetros coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na cidade da Figueira da Foz	32 265,77	24 232,34
Concessão do serviço público de exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento	369 426,86	417 324,02
Conceção, construção e concessão da exploração do complexo funerário do cemitério oriental da Figueira da Foz	5 758,22	2 845,02
Total	2 176 432,32	1 877 482,88



Investimentos realizados pelos concessionários

No que toca aos investimentos/bens proporcionados pelos concessionários, que no final da período de concessão reverterão a favor do Município, damos nota que os bens associados às concessões de água e saneamento, crematório e parques de estacionamento, tal como como referido no exercício transato, já se encontram reconhecidos.

Sobre os bens proporcionados no exercício de 2022, os associados à concessão de água e saneamento, no valor de global de € 383.177,29, foram devidamente integrados no património do Município. O concessionário do crematório apenas informou o Município dos investimentos realizados após o fecho da contabilidade de 2022, pelo que os valores (cerca de € 90 000) só serão reconhecidos no exercício de 2023. Relativamente à concessão dos parques de estacionamento o Município não recebeu qualquer informação sobre os investimentos realizados em 2022.

Importa ainda referir que, apesar de identificado, não foi ainda possível quantificar e confirmar os ativos que integram o Contrato de Concessão do Serviço de Distribuição de Energia Elétrica de Baixa Tensão, celebrado originalmente com EDP - Eletricidade de Portugal (hoje E-Redes), para distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do município da Figueira da Foz.

Esta concessão implica a transferência para a EDP, do exercício dos direitos e poderes da Câmara, necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, durante o prazo de concessão ou enquanto esta subsistir.

Fazem parte integrante da concessão as seguintes instalações:

- a) As redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, bem como os aparelhos e acessórios ligados à sua exploração, que à data do início da concessão estavam a ser explorados pela EDP Distribuição;
- b) Os postos de transformação alimentadores das redes referidas na alínea anterior;
- c) Os postos de transformação e os direitos sobre os locais em que se encontram implantados, as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão,



compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, as redes de iluminação pública, bem como os aparelhos e acessórios ligados à exploração da distribuição concedida, construídos ou instalados pela EDP Distribuição para cumprimentos das obrigações da concessão, durante a vigência desta, independentemente de o seu custo ter ou não sido participado ou suportado por quaisquer entidades.

A concessão é feita pelo prazo e nas condições de prorrogação estabelecidos n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 344-B/82 de 1 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro.

Havendo dúvidas relativamente ao reconhecimento contabilístico do Contrato de Concessão ao abrigo das Normas da NCP 4, o Município da Figueira da Foz solicitou à Comissão de Normalização Contabilística um Parecer, cuja resposta infra se transcreve:

“Não obstante a NCP 4 – “Acordos de Concessão de Serviços: Concedente” estabelecer, na alínea a) do n.º 6, como um dos critérios cumulativos para que o concedente reconheça o ativo de concessão de serviços a necessidade de ter de partir do concedente a definição do preço, nas circunstâncias em que este é determinado por uma entidade externa com poderes de regulação atribuídos pelo Estado, este requisito ficaria excluído da verificação do cumprimento das condições previstas no n.º 6 da NCP 4 necessárias para que o concedente procedesse ao reconhecimento dos ativos de concessão de serviços.

Acresce referir que, aplicando o concessionário - EDP Distribuição-Energia S.A. - a IFRIC 12 - Service Concession Arrangements, desenvolvida pelo International Financial Reporting Interpretations Committee, interpretação espelho da NCP 4, esta entidade não reconhecerá os ativos fixos tangíveis subjacentes à concessão.”

De forma a obter a informação para cumprimento das regras atrás referidas, o município da Figueira da Foz solicitou, durante o ano de 2022, informação à E-REDES, de modo a ter a quantificação do valor do património da concessão.

Em resposta ao pedido enviado, a E-REDES remeteu ao Município um mapa com a identificação dos ativos por grupos.



Como a informação disponibilizada não permitia o reconhecimento dos ativos, foi solicitada informação mais detalhada, uma vez que os elementos disponibilizados não referem localização, data de construção, características da construção, entre outros, elementos essenciais à inventariação dos bens.

Após insistência do Município, a E-REDES remeteu um email em 27/02/2023 a informar: *“Em resposta ao seu e-mail, importa esclarecer que a informação disponibilizada, no nosso entender, responde na totalidade aos requisitos do DL 15/2022, mas não foi preparada especificamente para aplicação da NCP 4.*

A informação relativa a 2022, a enviar no âmbito da NCP 4, está a ser preparada e será disponibilizada no site da E-REDES (Área Reservada das Autarquias, separador ``Documentos’’), após conclusão do processo de certificação das contas reguladas da E-REDES, o qual prevemos que esteja terminado até final do mês de abril. Também nessa altura prevemos disponibilizar a informação detalhada por grupos homogêneos, em formato que pensamos estar de acordo com a necessidade indicada abaixo.”

Foi disponibilizado um quadro com informação ainda provisória e não auditada com o valor líquido no valor de € 7.692.783,13.

Tendo em conta a impossibilidade do Município, até ao encerramento das contas de 2022, efetuar uma verificação dos bens descritos no mapa da E-REDES (quantidades e localização), foi decidido não se efetuar qualquer registo ao abrigo da NCP 4, em 2022, pelo facto de não ser possível validar os valores apresentados pela E-REDES.

Nota 5: Ativos Tangíveis

A presente nota, na sequência da NCP 5 - Ativos Tangíveis, apresentamos um conjunto de quadros, que evidenciam: a variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas, as quantias escrituradas e variações do período, as adições e as diminuições. As quantias escrituradas iniciais, correspondem aos valores finais do exercício anterior.



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Tabela 29: Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	4 255 291,56	0,00	0,00	4 255 291,56	4 761 954,62	0,00	0,00	4 761 954,62
Edifícios e outras construções	21 487 763,22	11 177 166,61	0,00	10 310 596,61	24 873 545,47	12 486 381,18	0,00	12 387 164,29
Infraestruturas	193 527 788,96	146 115 871,38	0,00	47 411 917,58	193 439 902,78	148 032 961,46	0,00	45 406 941,32
Património histórico, artístico e cultural	724 061,84	0,00	0,00	724 061,84	724 061,84	0,00	0,00	724 061,84
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	8 738 340,50	0,00	0,00	8 738 340,50	5 525 624,22	0,00	0,00	5 525 624,22
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	566 823,78	0,00	0,00	566 823,78	664 113,41	0,00	0,00	664 113,41
Edifícios e outras construções	1 523 139,60	411 247,69	0,00	1 111 891,91	2 478 681,52	939 702,28	0,00	1 538 979,24
Infraestruturas	69 932 682,70	52 647 131,29	0,00	17 285 551,41	81 515 601,46	57 019 308,73	0,00	24 496 292,73
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	32 159 978,07	0,00	0,00	32 159 978,07	32 825 794,05	0,00	0,00	32 825 794,05
Edifícios e outras construções	116 064 289,24	39 966 809,74	0,00	76 097 479,50	121 119 442,62	43 698 899,32	0,00	77 420 543,30
Equipamento básico	5 695 894,73	4 512 583,35	0,00	1 183 311,38	6 200 774,91	4 852 260,39	0,00	1 348 514,52
Equipamento de transporte	4 964 402,96	3 186 769,30	0,00	1 777 633,66	5 009 000,81	3 586 786,17	0,00	1 422 214,64
Equipamento administrativo	2 880 407,39	2 632 626,19	0,00	247 781,20	2 955 156,37	2 713 319,29	0,00	241 837,08
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	3 499 967,86	2 458 595,08	0,00	1 041 372,78	3 839 120,99	2 707 597,02	0,00	1 131 523,97
Ativos fixos tangíveis em curso	2 542 064,29	0,00	0,00	2 542 064,29	6 294 736,10	0,00	0,00	6 294 736,10
TOTAL	468 562 896,70	263 108 800,63	0,00	205 454 096,07	492 227 511,17	276 037 215,84	0,00	216 190 295,33



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Tabela 30: Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RÚBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por Imparidade	Deprec. Período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	4 255 291,56	0,00	507 016,84	0,00	0,00	0,00	0,00	-353,78	4 761 954,62
Edifícios e outras construções	10 310 596,61	885 731,37	2 500 050,88	0,00	0,00	0,00	-1 309 214,57	0,00	12 387 164,29
Infraestruturas	47 411 917,58	37 248,71	2 664 488,47	0,00	0,00	0,00	-4 706 713,44	0,00	45 406 941,32
Património histórico, artístico e cultural	724 061,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	724 061,84
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	8 738 340,50	11 055 162,00	-14 267 878,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 525 624,22
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	566 823,78	0,00	97 289,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	664 113,41
Edifícios e outras construções	1 111 891,91	0,00	955 541,92	0,00	0,00	0,00	-528 454,59	0,00	1 538 979,24
Infraestruturas	17 285 551,41	399 017,26	8 394 278,14	0,00	0,00	0,00	-1 582 554,08	0,00	24 496 292,73
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	32 159 978,07	2 309 528,44	-88 301,90	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 555 410,56	32 825 794,05
Edifícios e outras construções	76 097 479,50	2 463 552,60	2 876 479,56	0,00	0,00	0,00	-3 732 089,56	-284 878,78	77 420 543,32
Equipamento básico	1 183 311,38	616 151,28	15 503,13	0,00	0,00	0,00	-339 677,04	-126 774,23	1 348 514,52
Equipamento de transporte	1 777 633,66	70 099,35	9 492,00	0,00	0,00	0,00	-400 016,87	-34 993,50	1 422 214,64
Equipamento administrativo	247 781,20	112 631,53	-1 367,76	0,00	0,00	0,00	-80 693,10	-36 514,79	241 837,08
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 041 372,78	94 819,88	263 768,22	0,00	0,00	0,00	-249 001,94	-19 434,97	1 131 523,97
Ativos fixos tangíveis em curso	2 542 064,29	6 693 305,74	-2 940 633,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 294 736,10
Total	205 454 096,07	24 737 248,16	985 726,92	0,00	0,00	0,00	-12 928 415,19	-2 058 360,61	216 190 295,35

Tabela 31: Ativos fixos tangíveis – Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Expropr.	Doação	Doação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão,...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4 446,81	708 527,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	172 756,82	885 731,37
Infraestruturas	7 383,18	10 006,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 858,91	37 248,71
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	11 055 162,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 055 162,00
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	383 177,29	4 377,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 462,45	399 017,26
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	488,70	55 000,00	0,00	0,00	0,00	198 541,58	0,00	0,00	0,00	2 055 498,16	2 309 528,44
Edifícios e outras construções	9 799,71	183 450,00	0,00	0,00	0,00	595 624,72	0,00	0,00	0,00	1 674 678,17	2 463 552,60
Equipamento básico	0,00	614 594,43	0,00	0,00	0,00	551,04	0,00	0,00	0,00	1 005,81	616 151,28
Equipamento de transporte	0,00	69 199,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00	70 099,35
Equipamento administrativo	0,00	112 387,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	243,54	112 631,53
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	91 646,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 173,40	94 819,88
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	6 329 984,44	0,00	0,00	194 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168 821,30	6 693 305,74
Total	405 295,69	19 234 336,57	0,00	0,00	194 500,00	794 717,34	0,00	0,00	0,00	4 108 398,56	24 737 248,16



Tabela 32: Ativos fixos tangíveis – Diminuições

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	-353,78	0,00	-353,78
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						0,00
Terrenos e recursos naturais	-54,65	-34 640,00	0,00	-1 520 715,91	0,00	-1 555 410,56
Edifícios e outras construções	0,00	-242 722,15	0,00	-42 156,63	0,00	-284 878,78
Equipamento básico	0,00	0,00	-1 020,24	-125 753,99	0,00	-126 774,23
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	-34 993,50	0,00	-34 993,50
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	-36 514,79	0,00	-36 514,79
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	-19 434,97	0,00	-19 434,97
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	-54,65	-277 362,15	-1 020,24	-1 779 923,57	0,00	-2 058 360,61

Nota 6: Locações

O contributo para esta nota vem na totalidade do Município.

Nas contas individuais do Município, na sequência da NCP 6, apresentam-se os mapas relativos a locações do Município, nas quais é locatário.

Tabela 33: Locações financeiras - locatário

Rubricas	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados				Futuros Pagamentos Mínimos			
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Capital	Juro	Capital	Juro				
4311/4321 - Fração B Ed. Rua do Mato	404 669,36	14 224,53	0,00	329 994,11	123 725,99	23 707,55	94 830,20	2 174,14	120 711,89
TOTAL	404 669,36	14 224,53	0,00	329 994,11	123 725,99	23 707,55	94 830,20	2 174,14	120 711,89

O contrato de locação financeira (Fração B - Ed. Rua do Mato), o Município prevê a opção de compra no final do contrato.



Tabela 34: Locações operacionais – locatário

Bens locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros Pagamentos mínimos			
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Equipamento de transporte	29 227,16	7 111,57	0,00	14 701,05	0,00	7 111,57	7 414,54	0,00	14 526,11
Equipamento de transporte	36 123,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36 123,03	0,00	36 123,03
Equipamento de transporte	75 107,15	7 121,74	0,00	25 506,68	0,00	15 321,40	34 279,07	0,00	49 600,47
TOTAL	140 457,34	14 233,31	0,00	40 207,73	0,00	22 432,97	77 816,64	0,00	100 249,61

Nota 7: Custo dos empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto em corrente e não corrente apresenta-se no seguinte mapa:

Tabela 35: Empréstimos bancários

Designação	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos Bancários		
Passivo corrente	2 396 507	2 203 292
Passivo não corrente	26 251 895	16 245 983
TOTAL	28 648 402	18 449 275



Nota 8: Propriedades de Investimento

O contributo para esta nota vem na totalidade do Município.

Na sequência da NCP 8, no âmbito das propriedades de investimento, apresentamos um conjunto de quadros, que evidenciam: a variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas; as quantias escrituradas e variações do período; as adições e as diminuições. De notar que os ativos inscritos nesta rubrica encontram-se todos mensurados pelo Método do Custo.

Tabela 36: Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período - Modelo do Custo

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	Gastos do Período
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas imparidade	Dif. cambiais	Diminuições		
Propriedades de Investimento									
Bens de domínio público	0,00	214 291,95	-214 291,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Terrenos e recursos naturais	1 096 231,04	0,00	-8 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 087 731,04	
Edifícios e outras construções	1 922 283,10	0,00	-331 480,98	-56 562,70	0,00	0,00	0,00	1 534 239,42	
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total:	3 018 514,14	214 291,95	-554 272,93	-56 562,70	0,00	0,00	0,00	2 621 970,46	

Tabela 37: Propriedades de Investimento - Adições - Modelo do Custo

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer, ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público	0,00	214 291,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214 291,95
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais:	0,00	214 291,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214 291,95



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Tabela 38: Propriedades de Investimento - Diminuições - Modelo do Custo

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Propriedades de Investimento					
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

No quadro abaixo apresenta-se uma breve caracterização das propriedades de investimento detidas pelo município.

Tabela 39: Propriedades de Investimento – Caracterização

Tipo	Número de Bens			Vida Útil média (anos)			Taxa de Depreciação média		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Terrenos e recursos naturais	12	7	6	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Edifícios e outras construções	13	10	8	18,46	19,6	17,25	6,06%	3,49%	3,59%

Nota 9: Imparidade de Ativos

No que toca à imparidade de ativos consolidados, nesta nota, e na sequência da NCP 9, são apresentadas as perdas por imparidade/ reversões de imparidades consideradas nas demonstrações financeiras, que foram constituídas relativamente aos seguintes ativos: Clientes, contribuintes e utentes, Outras contas a receber e a pagar, e Investimentos financeiros.



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Tabela 40: Imparidades de ativos

Município da Figueira da Foz

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	697 705,19	132 258,93	770,49	566 216,75
Outras contas a receber e a pagar	15 222 112,37	724 841,28	11 175,33	14 508 446,42
Investimentos financeiros	9 967 920,45	65 735,00	0,00	9 902 185,45
Total:	25 887 738,01	922 835,21	11 945,82	24 976 848,62

No que diz respeito ao Município, no âmbito das imparidades de ativos devemos enfatizar as três situações:

- Clientes, contribuintes e utentes: do valor bruto registado de dívidas receber de clientes, considera-se que € 132.258,93 – € 770,49 = € 131.488,44 são de cobrança improvável, daí o reconhecimento da imparidade;
- Outras contas a receber: do valor bruto registado de dívidas receber, considera-se que € 724.841,28 - € 11.175,33 = € 713.665,95 são de cobrança improvável;
- Investimentos Financeiros: neste caso também foi considerada uma imparidade, em exercícios anteriores, na totalidade do valor da participação de três empresas: Paço de Maiorca - Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, SA.; Associação Sal do Mondego e Associação Coimbra Região Digital.

Figueira Domus, EM

Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	31-dez-22	31-dez-21	Diferença 21/22	Var.%21/22
	38.360,19 €	73.358,86 €	-34.998,67 €	-47,71%

No que diz respeito à Figueira Domus, EM, nesta rubrica o valor realizado é inferior ao valor do período homólogo.

Foram utilizados os pressupostos de determinação dessas imparidades de forma idêntica aos anos de 2015 a 2021, ou seja, foram analisadas as contas correntes de todos os arrendatários no programa CentralGest, em que foi considerada a situação do cumprimento, por parte dos arrendatários e ex-arrendatários, dos critérios abaixo indicados, com referência à dívida existente a 31/12/2022.



Através da análise da situação de cada um determinou-se a criação de imparidade por cobrança duvidosa seguindo os seguintes critérios:

- dívidas à mais de 6 meses, sem pagamentos regulares no último ano;
- não recebimento das cartas enviadas pela empresa, nem qualquer contato efetuado com a empresa;
- devedores contra os quais foi submetido um procedimento de injunção.

Essa análise levou a um aumento do valor da imparidade de dívidas a receber em 42.139,34 €, inferior ao determinado em 2021.

Na rubrica Reversões - De Perdas por Imparidade - De Dívidas a Receber o valor de 3.779,15 € corresponde à recuperação de dívidas de clientes (arrendatários) que estava considerada como de cobrança duvidosa, conseguida através de acordos efetuados com os arrendatários, que efetuaram pagamentos voluntários da sua dívida, e de ações executivas interpostas pela Figueira Domus, E.M., que levaram a penhora de vencimentos e pensões.

Nota 10: Inventários

O contributo para esta Nota vem na totalidade do Município.

No âmbito da NCP 10 é apresentado nesta nota, a desagregação dos inventários pelas suas rubricas, evidenciando, num primeiro mapa, as quantias brutas, as imparidades acumuladas e a quantia recuperável. Num segundo mapa, para as rubricas dos inventários apresentamos a quantia escriturada inicial, os movimentos do período e a quantia escriturada final.



Tabela 41: Inventários

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	422 233,58	0,00	422 233,58
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, deperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos em curso	0,00	0,00	0,00
Adiantamento por conta de compras	8 040,00	0,00	8 040,00
TOTAL	430 273,58	0,00	430 273,58

Tabela 42: Inventários - movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos	Variações do inventários de produção	Perdas Por imparidade	Reversões Perda por imparidade	Outras reduções	Outros aumentos	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	438 414,36	642 894,22	617 219,72	0,00	0,00	0,00	44 768,08	2 912,80	422 233,58
Produtos Acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, deperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	438 414,36	642 894,22	617 219,72	0,00	0,00	0,00	44 768,08	2 912,80	422 233,58

Nota 11: Agricultura

Não aplicável.

Nota 12: Contratos de Construção

Não aplicável.

Nota 13: Rendimentos de Transações com Contraprestação

Na presente nota serão apresentados os montantes consolidados associados aos rendimentos definidos na NCP 13, nomeadamente os reconhecidos no período, bem como as quantias por receber associadas a estes, quer no início, quer no final do período de relato.



Tabela 43: Rendimentos de transações com contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	1 624 982,51	0,00	406 597,51	561 015,22	0,00
Multas e outras penalidades	135 305,48	0,00	792,83	2 664,23	0,00
Vendas					
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	15 409,80	15 409,80	0,00
Prestação de serviços					
Serviços específicos das autarquias locais	2 452 780,69	0,00	121 451,59	195 612,29	0,00
Concessões	1 877 482,88	0,00	8 810,72	8 810,72	0,00
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	382 360,02	0,00	11 373,75	1 080,00	0,00
Arrendamento	583 221,61	0,00	14 666,84	31 637,04	0,00
Outros serviços	216 084,97	0,00	7 402,49	13 769,82	0,00
Outros rendimentos					
Rendimentos suplementares	61 937,57	0,00	356 562,58	411 614,45	0,00
Ganhos em inventários	2 912,80	0,00	0,00		0,00
Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	625 858,22	0,00	76 529,48	76 529,48	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	67 447,32	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos do Estado	16 508,16	0,00	33 331,38	32 578,84	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	991 102,41	0,00	0,00		0,00
Outros não especificados	100 131,24	0,00	199,41	199,41	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	275,89	0,00	0,00		0,00
TOTAL	9 138 391,77	0,00	1 053 128,38	1 350 921,30	0,00

Nota 14: Rendimentos de Transações sem Contraprestação

Em conformidade com a NCP 14 apresenta-se abaixo o mapa que contém os montantes consolidados reconhecidos e as quantias a receber, associadas aos rendimentos definidos na referida NCP:



Tabela 44: Rendimentos de transações sem contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos Diretos					
Derrama	2 982 597,00	0,00	2 677 101,50	2 982 597,00	0,00
Imposto municipal sobre imóveis	13 205 042,00	0,00	12 712 147,00	13 205 042,00	0,00
Imposto único de circulação	1 769 942,49	0,00	124 404,55	79 634,43	0,00
Outros					
Impostos Indiretos					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	6 602 378,19	0,00	454 427,14	1 175 132,06	0,00
Outros	159 987,10	0,00	832,26	0,00	
Trabalhos para a própria entidade					
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	15 458 682,37	0,00	2 566 628,18	3 046 156,54	0,00
Serviços e Fundos Autónomos	961 718,09	0,00	55 000,00	0,00	0,00
Outras entidades					
Famílias	591 078,07	0,00	107 655,31	160 184,75	0,00
Resto do Mundo	280 041,72	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades e quase sociedades não financeiras	61 615,42	0,00	600,00	0,00	0,00
Outras entidades					
Subsídios correntes	6 517,30	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões					
De perdas por imparidade	11 945,82	0,00	0,00	0,00	0,00
De provisões					
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	2 186 226,46	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	44 277 772,03	0,00	18 698 795,94	20 648 746,78	0,00

Nota 15: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

No que diz respeito ao Município, no final do exercício anterior, de acordo com o balanço, os valores provisionados eram nulos. Durante o exercício do relato foram criadas provisões relativas a cinco processos judiciais em curso, no valor de € 165.855,00. Relativamente às responsabilidades contingentes, no início do exercício estava reconhecido o valor de € 1.177.331,08, relativos a 11 processos judiciais em curso, no entanto, no final do exercício o valor passou para € 462.171,90, relativo a três processos judiciais em curso. Dos onze processos assinalados no exercício anterior, três foram provisionados, dois foram mantidos como contingentes e seis foram retirados de contingentes. Foi ainda, considerado um novo processo judicial em curso como contingente. Os três processos considerados contingentes, após análise jurídica, são de obrigação possível, carecendo de confirmação para serem provisionados.



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Tabela 45: Provisões (caso do Município)

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do Período		Quantia escriturada final
		Aumentos	Diminuições	
Processos judiciais em curso	0,00	165 855,00	0,00	165 855,00

Tabela 46: Responsabilidades contingentes (caso do Município)

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do Período		Quantia escriturada final
		Aumentos	Diminuições	
Processos judiciais em curso	1 177 331,08	16 734,04	731 893,22	462 171,90

No caso da empresa Figueira Domus, E.M, inclui uma provisão de € 93.500,00 constituída em 2014. O processo judicial transitou em julgado em 2022, tendo sido a empresa Figueira Domus condenada e pagou € 20.957,43. Foi efetuada a reversão de € 72.542,57 da provisão.

Não foram registadas novas provisões neste período.

Tabela 47: Provisões (caso da empresa Figueira Domus)

Provisões	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Processos Judiciais em Curso	93 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 957,43	72 542,57	0,00	93 500,00	0,00
TOTAL	93 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 957,43	72 542,57	0,00	93 500,00	0,00



Nota 16: Efeito de alterações em Taxas de Câmbio

Não Aplicável.

Nota 17: Acontecimentos após a data do relato

Após a data de relato não ocorreram situações passíveis de alterar ou condicionar as demonstrações financeiras de 2022.

Nota 18: Instrumentos Financeiros

Tabela 48: Ativos financeiros consolidados

Ativos Financeiros	2022	2021
Participações financeiras	1 968 492,54 €	1 944 134,42 €
Outros ativos financeiros	2 135,40 €	1 852,70 €
Ativos por impostos diferidos	8 064,45 €	7 896,67 €
Clientes, contribuintes e utentes	694 680,69 €	333 688,40 €
Estado e outros entes públicos	85,26 €	57 970,78 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	689 722,94 €	1 276 475,58 €
Outras contas a receber	21 642 016,51 €	20 638 364,83 €
Diferimentos	216 593,97 €	50 074,97 €
Ativos não correntes detidos para venda	0,00 €	262 240,40 €
Caixa e depósitos	19 778 251,36 €	13 898 658,16 €



Tabela 49: Passivos financeiros consolidados

Passivos Financeiros	2022	2021
Credores por transf. e subsídios não reembolsáveis concedidos	18 886,28 €	32 653,06 €
Fornecedores	2 865 446,42 €	2 002 186,67 €
Fornecedores de investimentos	613 005,67 €	759 691,06 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	6 950,00 €
Estado e outros entes públicos	192 511,88 €	126 266,52 €
Financiamentos Obtidos (não corrente)	26 348 899,48 €	20 731 396,12 €
Financiamentos Obtidos (corrente)	2 420 214,43 €	2 755 116,69 €
Outras contas a pagar	6 609 721,31 €	6 075 220,35 €
Diferimentos	6 804 490,56 €	4 905 521,85 €

Tabela 50: Património Líquido Consolidado

Código	Designação	2022	2021
5	Património reservas e resultados transitados	217 450 707,28 €	214 011 197,94 €
51	Património capital	210 033 482,91 €	210 033 482,91 €
55	Reservas	0,00 €	0,00 €
56	Resultados transitados	-46 418 701,12 €	-43 088 698,93 €
57	Ajustamentos de ativos financeiros	134 789,10 €	107 290,99 €
59	Outras variações no património líquido	53 701 136,39 €	46 959 122,97 €

As variações ocorridas neste item encontram-se identificadas no mapa “Demonstração das alterações no património líquido”. De realçar as variações nos resultados transitados (incorporação do resultado líquido do ano anterior, regularizações e ajustamentos de transição para o SNC-AP) e também na rubrica Outras variações do Património Líquido (reconhecimento de Subsídios ao Investimento).



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

O contributo para esta nota vem na totalidade da empresa Figueira Domus, E.M.

Tabela 51: Imposto sobre o Rendimento

Rubricas	2022	2021
1-Resultado antes de impostos	924 430,00 €	-3 979 145,13
2-Imposto corrente	141 321,81 €	141 321,81 €
3-Imposto diferido	-167,78 €	-3 148,16
4-Imposto sobre o rendimento	129 245,00 €	138 173,65 €
5-Tributações autónomas	233,48 €	276,04 €

Resultado líquido do período	2022	2021	Diferença 21/22	Var.%21/22
	795 184,00 €	-4 117 318,78	4 912 503,78	-119,31%

O Resultado líquido consolidado do período à data de 31 de dezembro de 2022 apresenta um valor positivo de € 795.184.

Tabela 52: Outras Contas a Receber

Outras contas a receber	2022	2021
Impostos e taxas imputadas ao período	20 173 803,49	18 751 620,71
Devedores por contratos de cedência	5 870,68	
Devedores por acréscimos de rendimentos	304 377,62	772 021,07
Devedores por alienação de ativos fixos	0,00	0,00
Outros devedores	18 750,36	18 944,22
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	225 152,91	275 085,98
Outros devedores (não corrente)	565 636,82	565 636,82
Outros devedores (corrente)	1 062 090,58	940 361,37
Imparidades - outros devedores	-713 665,95	-685 305,34
Total	21 642 016,51	20 638 364,83



Tabela 53: Outras Contas a Pagar

Outras contas a pagar	2022	2021
Cauções recebidas de terceiros	2 851 980,51	2 465 167,23
Outros credores	628 485,35	628 485,35
Outras contas a pagar (passivo não corrente)	3 480 465,86	3 093 652,58
Credores por acréscimo de gastos	2 964 962,82	2 686 939,69
Fundo de Apoio Municipal	0,00	0,00
Sindicatos	4 386,87	0,00
Outros credores	159 905,76	294 628,08
Fornecedores de investimento	0,00	0,00
Pessoal	0,00	0,00
Outras contas a pagar (passivo corrente)	3 129 255,45	2 981 567,77
Total	6 609 721,31	6 075 220,35



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

V. - Informações Relativas aos Procedimentos de Consolidação



Consolidação Orçamental – NCP 26

Tabela 54: Direitos e obrigações recíprocas em 31/12/2022

MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ/ FIGUEIRA DOMUS, E.M.

QUADRO I					QUADRO II					Observações
CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO					CONTABILIDADE Figueira Domus, E.M.					
Rub.	Natureza	Contas	Descrição	Valor	Rub.	Natureza	Contas	Descrição	Valor	
R7	Liquidação	015208019999	Outras Receitas Correntes	2 207,48	D13	Obrigação	0271205102010301202638501	Despesas com cuidados de saúde (ADSE)	2 207,48	Operação 1
R7	Recebimento	015308019999	Outras Receitas Correntes	2 207,48	D13	Pagamento	0281205102010301202638501	Despesas com cuidados de saúde (ADSE)	2 207,48	
D43	Obrigação	0271010204080202	Transf.Correntes -Famílias	1 258 814,37	R4	Liquidação	015220510107030	Liquidações Emitidas - Rendas	1 258 814,37	Operação 2
D413	Pagamento	0281010204080202	Transf.Correntes -Famílias	1 258 814,37	R4	Recebimento	015320510107030	Liquidações Recebidas - Rendas	1 258 814,37	

Operação 1: No exercício de 2022, o município emitiu notas de debito de reembolsos da ADSE no valor de € 2.207,48 totalmente pagas a 31/12/2022.

Operação 2: Eliminação do custo e do proveito relativo a transferências correntes do Município para a Figueira Domus, E.M.



Consolidação financeira – NCP 22

Tabela 55: Direitos e obrigações recíprocas em 31/12/2022

MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ/ FIGUEIRA DOMUS, E.M.

QUADRO I				QUADRO II				Observações
CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO				CONTABILIDADE FIGDOMUS, EM				
Contas	Descrição	Débito	Crédito	Contas	Descrição	Débito	Crédito	
411	Investimentos Financeiros	7 858 873,23		51	Capital Próprio		3 516 651,00	Operação 1
				55	Reservas		3 713 530,77	
				56	Resultados Transitados		628 691,46	
56	Resultados Transitados	601 500,10						Operação 2
785	Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		601 500,10					
788	Outros Rendimentos		2 207,48	638	Outros gastos com pessoal	2 207,48		Operação 3
601	Transferências Correntes Concedidas	1 258 814,37		722	Prestação de Serviços		1 258 814,37	Operação 4
57	Ajustamentos em Ativos Financeiros		5 545 154,03					Operação 5
56	Resultados Transitados	5 545 154,03						

Operação 1: Eliminar o total da participação.

Operação 2: No exercício de 2022 foi utilizado o MEP para a contabilização dos investimentos financeiros. Com vista à eliminação investimento financeiro na Figueira Domus, E.M., é necessário desfazer as operações que resultaram do MEP.

Operação 3: No exercício de 2022, o Município emitiu notas de debito de reembolsos da ADSE no valor de € 2.207,48, totalmente pagas a 31/12/2022.

Operação 4: Eliminação do custo e do proveito relativo a transferências correntes do Município para a Figueira Domus, E.M.

Operação 5: Transferências de ajustamento em participadas para Resultados Transitados.

Como foi referido anteriormente, em relação à empresa Município, EM, SA, o método de consolidação adotado é o MEP (Método de Equivalência Patrimonial). Procedeu-se assim à seguinte operação contabilística:



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Tabela 56: Ajustamentos/eliminações recíprocas a 31/12/2022

MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ/ MUNICÍPIA, SA

(valores em euros)

Contabilidade do Município				Observações
Contas	Descrição	Débito	Crédito	
414	Investimentos Financeiros		74 819,68	Operação 1
57	Ajustam. Ativos Financeiros	58 329,53		
56	Resultados Transitados	36 958,20		
88 (785)	Outros Gastos		20 468,05	

Operação 1: Cálculo do MEP.